

ALLIANZ DO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ nº 42.332.650/0001-84

www.allianz.com.br



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2022	2021	2022	2021
ATIVO					
CIRCULANTE		36.058	42.594	8.562.272	6.528.175
Disponível		1.208	672	330.897	194.006
Caixa e bancos		1.208	672	330.897	185.927
Equivalentes de caixa	6.1	-	-	-	8.079
APLICAÇÕES	6.1	22.216	31.014	1.222.901	654.817
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		-	-	3.938.100	3.053.147
Prêmios a receber	7.1	-	-	3.320.055	2.578.727
Operações com seguradoras	7.2	-	-	24.765	8.937
Operações com resseguradoras	7.3	-	-	593.280	465.483
OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS		-	-	7.857	6.286
ATIVOS DE RESSEGURO - PROVISÕES TÉCNICAS	16.2	-	-	1.936.682	1.476.827
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		12.634	10.908	126.820	165.762
Títulos e créditos a receber	8	8.618	7.359	15.202	15.634
Créditos tributários e previdenciários	21.1	4.016	3.549	111.142	145.935
Outros créditos		-	-	476	4.193
OUTROS VALORES E BENS		-	-	318.692	347.224
Bens à venda	8	-	-	318.510	347.001
Outros valores		-	-	182	223
DESPESAS ANTECIPADAS		-	-	1.205	807
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	10	-	-	679.118	629.299
Seguros		-	-	679.118	629.299
ATIVO NÃO CIRCULANTE		4.588.604	4.303.899	7.248.091	7.651.588
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.117	6.081	4.936.699	5.210.095
APLICAÇÕES	6.1	-	-	2.791.158	3.269.645
CREDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		-	-	42.574	36.925
Prêmios a receber	7.1	-	-	39.242	33.480
Operações com resseguradoras	7.3	-	-	3.332	3.445
OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS		-	-	9	10
ATIVOS DE RESSEGURO - PROVISÕES TÉCNICAS	16.2	-	-	580.933	737.481
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		1.117	6.081	1.510.802	1.147.194
Títulos e créditos a receber		1.117	6.081	47.004	53.461
Créditos tributários e previdenciários	21.1	-	-	1.107.162	734.460
Depósitos judiciais e fiscais	17	-	-	312.526	316.962
Outros créditos operacionais	17	-	-	44.110	42.911
OUTROS VALORES E BENS		-	-	8.109	8.109
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	10	-	-	11.223	10.731
Seguros		-	-	11.223	10.731
INVESTIMENTOS		4.583.424	4.293.692	2.475	2.353
Participações societárias	11.1	4.592.264	4.302.532	-	-
Deságio	11.1	(8.840)	(8.840)	-	-
Imóveis destinados à renda	12.1	-	-	2.475	2.353
IMOBILIZADO		120	183	192.084	253.949
Imóveis de uso próprio	12.1	10	10	3.302	3.014
Bens móveis	12.1	110	173	38.606	38.979
Outras imobilizações	12.1	-	-	15.229	17.873
Direito de uso	9	-	-	134.947	194.083
INTANGÍVEL	12.2	3.943	3.943	2.116.833	2.185.191
Outros intangíveis		3.943	3.943	2.116.833	2.185.191
TOTAL ATIVO		4.624.662	4.346.493	15.810.363	14.179.763

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2022	2021	2022	2021
PASSIVO					
CIRCULANTE		3.787	8.824	8.904.948	7.162.921
CONTAS A PAGAR		3.787	8.824	554.367	464.519
Obrigações a pagar	13.1	3.575	8.362	235.977	199.360
Impostos e encargos sociais a recolher	13.1	1	41	252.729	186.928
Encargos trabalhistas	13.1	211	421	28.396	29.258
Impostos e contribuições	21.3	-	-	16.257	10.998
Outras contas a pagar		-	-	141	15.073
Passivos de arrendamento	13.2	-	-	20.867	22.902
DEBITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		-	-	1.791.932	1.188.109
Prêmios a restituir		-	-	5.007	9.179
Operações com seguradoras		-	-	3.374	7.290
Operações com resseguradoras		-	-	1.436.849	936.948
Corretores de seguros e resseguros		-	-	205.785	182.429
Outros débitos operacionais		-	-	140.917	52.263
DEPÓSITOS DE TERCEIROS	15	-	-	14.653	13.462
PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS E RESSEGUROS		-	-	6.524.047	5.474.351
Danos	16.1	-	-	6.109.489	5.160.615
Pessoas		-	-	363.419	271.657
Vida individual		-	-	51.139	41.650
Vida com cobertura por sobrevivência		-	-	-	429
OUTROS DÉBITOS		-	-	19.949	22.480
Provisões judiciais	17	-	-	19.949	22.480
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		3.469	3.497	2.283.112	2.677.773
CONTAS A PAGAR		3.469	3.497	214.989	205.200
Obrigações a pagar	13.1	3.469	3.497	24.254	26.882
Tributos diferidos		-	-	64.182	-
Outras contas a pagar		-	-	129	171
Passivos de arrendamento	13.2	-	-	126.384	178.147
DEBITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		-	-	72.902	85.657
Operações com resseguradoras	14	-	-	71.163	83.929
Corretores de seguros e resseguros		-	-	1.739	1.728
PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS E RESSEGUROS		-	-	1.680.450	2.078.536
Danos	16.1	-	-	1.473.191	1.843.273
Pessoas		-	-	187.678	220.172
Vida individual		-	-	19.583	15.091
OUTROS DÉBITOS		-	-	314.771	308.380
Provisões judiciais	17	-	-	314.771	308.380
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18	4.617.406	4.334.172	4.622.303	4.339.669
PARTICIPAÇÃO DE CONTROLADORES		4.617.406	4.334.172	4.617.406	4.334.172
Capital social - nacional		6.030.900	5.230.900	6.030.900	5.230.900
Reservas de reavaliação		1.207	1.256	1.207	1.256
Ajuste de avaliação patrimonial		(157.955)	(122.641)	(157.955)	(122.641)
Prejuízos acumulados		(1.256.746)	(775.343)	(1.256.746)	(775.343)
PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES		-	-	4.897	4.897
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.624.662	4.346.493	15.810.363	14.179.763

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

	Reserva	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido atrelado aos controladores	Participações de não controladores	Patrimônio líquido consolidado
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		5.230.900	1.305	119.965	4.938.120	7.198	4.945.318
RESERVA DE REAVALIAÇÃO		-	(49)	-	-	-	-
Realização por depreciação		-	-	-	-	-	-
OUTRAS RESERVAS		-	-	6.425	6.425	(2.301)	4.124
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		-	-	(242.606)	(242.606)	-	(242.606)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		-	-	(367.767)	(367.767)	-	(367.767)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		5.230.900	1.256	(122.641)	4.334.172	4.897	4.339.069
AUMENTO DE CAPITAL		800.000	-	-	800.000	-	800.000
Aumento de capital aprovado em Reunião de Diretoria no dia 13 de maio de 2022		500.000	-	-	500.000	-	500.000
Aumento de capital aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 27 de julho de 2022		-	-	-	-	-	-
RESERVA DE REAVALIAÇÃO		300.000	-	-	300.000	-	300.000
Realização por depreciação		-	(49)	-	-	-	-
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		-	-	(49)	-	-	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		-	-	(35.314)	(35.314)	-	(35.314)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		6.030.900	1.207	(157.955)	4.617.406	4.897	4.622.303

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Allianz do Brasil Participações Ltda. ("controladora"), sociedade de capital fechado, sediada em São Paulo à rua Eugênio de Medeiros, 303 é controlada no exterior pela Allianz South América Holding B.V, cujo controlador em última instância é a Allianz SE. Seu principal objetivo consiste na participação no capital social de outras empresas sediadas no país ou no exterior. As participações societárias refletidas nas referidas demonstrações financeiras consolidadas referem-se às empresas do Grupo Allianz, sediadas no país que: (i) exploram as atividades de seguros nos ramos de automóveis, ramos elementares, pessoas e saúde em grupo; (ii) que participam no capital social em empresa de intermediação de operações de seguros. Nas presentes demonstrações financeiras consolidadas, o termo "Grupo" é utilizado para designar a Controladora e suas Controladas. As informações individuais recebem o nome da empresa a que se refere.

Em 12 de novembro de 2021, a Allianz Seguros S.A. protocolou na Superintendência de Seguros Privados - SUSEP o pedido de aprovação prévia para promover a incorporação da totalidade do patrimônio da Allianz Brasil Seguradora S.A. pela Allianz Seguros S.A., conforme processo SUSEP nº 15414.648673/2021-93, ato que recebeu o deferimento do pleito através da Carta Homologatória Eletrônica nº 25/2021/SUSEP, na data de 3 de janeiro de 2022. Conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária e nos termos do protocolo e justificação de incorporação, em 1º de abril de 2022 foi concluído o processo de incorporação de sua controlada Allianz Brasil Seguradora S.A., pela sua controladora Allianz Seguros S.A.. A incorporação está inserida no projeto de simplificação da estrutura societária da Seguradora, devendo resultar em redução de custos de natureza operacional, administrativa e financeira. Como resultado desta incorporação, a Allianz Brasil Seguradora S.A. foi extinta de pleno direito e a sua controladora Allianz Seguros S.A. se tornou sua sucessora. Todas as 1.060.778.409 ações ordinárias de emissão da Allianz Brasil Seguradora S.A. foram canceladas, sendo 1.060.778.408 de titularidade da Allianz Seguros S.A e 1 ação de titularidade da Allianz do Brasil Participações Ltda., nos termos do §1º do artigo 226 da Lei das S.A.. O valor patrimonial do ativo líquido contábil da Allianz Brasil Seguradora S.A. no montante de R\$ 248.372.899,86 (duzentos e quarenta e oito milhões, trezentos e setenta e dois mil, oitocentos e noventa e nove reais e oitenta e seis centavos), para fins de incorporação, foi avaliado por empresa especializada na data-base de 31 de janeiro de 2022 que emitiu laudo datado de 25 de março de 2022. O ativo líquido contábil incorporado atualizado para 31 de março de 2022 foi de R\$ 247.421.212,08 (duzentos e quarenta e sete milhões, quatrocentos e vinte e um mil, duzentos e doze reais e oito centavos). Os saldos de investimento e de valores a receber e a pagar da Allianz Brasil Seguradora S.A. junto à sua controladora Allianz Seguros S.A. foram eliminados no processo de incorporação. Os saldos contábeis da Allianz Brasil Seguradora S.A. foram contabilizados com base no ativo líquido contábil de 31 de janeiro de 2022 e os saldos subsequentes, de 28 de fevereiro de 2022 e 31 de março de 2022, foram incorporados através do patrimônio líquido da Seguradora. Balanço Patrimonial Incorporado em 1º de abril de 2022:

	31/03/2022		31/03/2022
ATIVO CIRCULANTE	276.703	PASSIVO CIRCULANTE	182.658
DISPONÍVEL	674	CONTAS A PAGAR	4.386
APLICAÇÕES	84.555	DÉBITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS	20.181
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES	2.310	PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS E RESSEGUROS	154.408
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	126.789	OUTROS DÉBITOS	3.683
OUTROS VALORES E BENS	61.471	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	372.618
DESPESAS ANTECIPADAS	260	CONTAS A PAGAR	129
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	432	PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS E RESSEGUROS	370.833
ATIVO DE RESSEGURO E RETROCESSOS DIFERIDOS	212	OUTROS DÉBITOS	1.656
ATIVO NÃO CIRCULANTE	525.994	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	247.421
APLICAÇÕES	427.457	CAPITAL SOCIAL	143.520
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	87.578	RESERVA LEGAL	8.799
OUTROS VALORES E BENS	8.340	RESERVA ESTATUTÁRIA	125.377
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	686	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	- 58.038
ATIVO DE RESSEGURO E RETROCESSOS	587	RESULTADO DO PERÍODO	27.763
IMOBILIZADO	1.188		
INTANGÍVEL	158		
TOTAL ATIVO	802.697	TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	802.697

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.1 Base de elaboração

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas considera o custo histórico com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda, os ativos a valor justo por meio do resultado e os ativos para venda, mensurados pelo valor justo deduzidos os custos de venda (salvados) - valor realizável líquido. As referidas demonstrações foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios em curso normal e compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado, as demonstrações individuais e consolidadas de resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e do fluxo de caixa e as respectivas notas explicativas.

2.2 Circulante e não circulante

A cada data de balanço o Grupo procede à revisão dos valores inseridos no Ativo e Passivo Circulante, transferindo para o não circulante, quando aplicável, os vencimentos que ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data base. Os saldos dos ativos e passivos sem vencimento definido são classificados no ativo e passivo circulante e compreendem, substancialmente, quotas de fundos de investimentos.

2.3 Moeda Funcional

A moeda do ambiente econômico principal no qual o Grupo utiliza na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é o Real (R\$). Exceto quando expressamente mencionado, os valores estão apresentados em milhares de reais, arredondados para a casa decimal mais próxima. As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado do exercício.

2.4 Estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, bem como as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um

ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

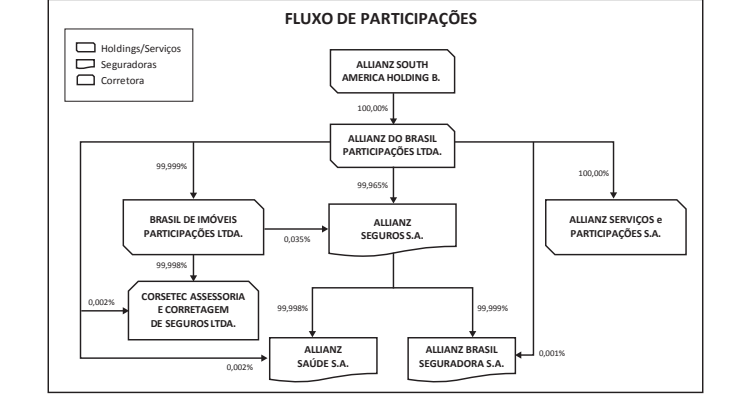
- Nota 6 - Aplicações financeiras
- Nota 7.1 - Prêmios a receber (redução ao valor recuperável)
- Nota 7.2 - Operações com seguradoras (redução ao valor recuperável)
- Nota 7.3 - Operações com resseguradoras (redução ao valor recuperável)
- Nota 8 - Bens à venda - Salvados (redução ao valor recuperável)
- Nota 9 - Outros valores e bens - Direito de uso
- Nota 13.1 - Obrigações a pagar (contrato oneroso)
- Nota 13.2 - Passivos de arrendamento
- Nota 16 - Provisões técnicas
- Nota 17 - Provisões judiciais
- Nota 21.1 - Créditos tributários e previdenciários

2.5 Conclusão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 27 de abril de 2023.

3. BASE DE CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas no processo de consolidação das demonstrações financeiras são a controladora Allianz do Brasil Participações Ltda. e suas controladas Allianz Seguros S.A., Allianz Brasil Seguradora S.A. (incorporada em 2022 pela Allianz Seguros S.A.), Allianz Saúde S.A., Brasil de Imóveis Participações Ltda, Corsetec Assessoria e Corretagem de Seguros Ltda. e Allianz Serviços e Participações S.A.



O processo de consolidação envolve a eliminação das participações acionárias nas entidades controladas, bem como a eliminação dos saldos ativos, passivos, receitas e despesas correspondentes de operações realizadas entre elas. As parcelas do patrimônio líquido e do lucro líquido dos resultados atribuídos aos acionistas não controladores estão apresentadas em destaque no balanço patrimonial, demonstração do resultado consolidado, demonstração dos resultados abrangentes e na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão demonstradas a seguir

4.1 - Contratos de seguros

De acordo com as determinações contidas no Contratos de Seguros (CPC 11), que define as características de um Contrato de Seguro, a Administração procedeu à avaliação dos negócios e caracterizou as operações do Grupo como "Contratos de Seguros

ALLIANZ DO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ nº 42.332.650/0001-84

www.allianz.com.br



Para o grupo de ramos automóvel, os testes de consistência realizados pela controlada indicaram que não há necessidade de constituição de redução ao valor recuperável, visto que o valor de abertura do salvado é muito próximo ao valor de venda e, na média, em até 12 meses, os salvados a venda são efetivamente liquidados. Para os demais ramos, as Seguradoras aplicaram o critério de constituição de redução ao valor recuperável do montante total superior ao período de sessenta dias em relação a data de cadastro do salvado.

4.5 Investimentos

4.5.1 Participações societárias

Refere-se a investimentos que são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e também compreende o ágio e expectativa de dividendos, a qualificação e a Matriz, decorrente dos ativos intangíveis identificados provenientes da combinação de negócio ocorrida em 2020.

A Seguradora efetua a amortização dos itens apurados pela Mais Valia na aquisição de controladas baseado nas taxas e prazos definidos no documento Alocação do Preço de Compra (PPA). Anualmente, o ágio por expectativa de rentabilidade futura é testado com o intuito de avaliar a necessidade de "impairment". Esse teste consiste em projetar com base em premissas razoáveis e fundamentadas que representem a melhor estimativa, por parte da administração, do conjunto de custos econômicos decorrentes da vida útil remanescente do ativo.

4.5.2 Imóveis destinados à renda

Imóveis próprios da Seguradora cuja finalidade é obter renda através da locação destes imóveis. Tais ativos foram registrados pelo custo histórico de aquisição deduzido da depreciação acumulada, calculada com base na vida útil estimada, e perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável.

4.6 Imobilizado

O ativo imobilizado é reconhecido pelo custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação e perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável. O software adquirido como parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil econômica estimada de cada parte de um bem do imobilizado. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior ao seu valor contábil.

As beneficiárias em imóvel de terceiros referem-se aos gastos realizados com instalações, melhorias e outras benfeitorias, de uso administrativo, com o objetivo de adequá-las às necessidades de utilização do Grupo Allianz Brasil. A amortização é calculada de acordo com o prazo determinado em contrato. Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos. A apuração do ganho ou perda na alienação de um item do ativo imobilizado é calculada entre o valor efetivo recebido na alienação e o valor contábil residual do bem, sendo registrado no resultado do período.

4.7 Intangível

Gastos com desenvolvimento interno de software são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e capacidade da Seguradora de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos softwares de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de softwares desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento e são apresentados deduzidos da amortização acumulada gerada durante a vida útil.

Despesas subsequentes com softwares são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas à medida que são incorridas. A amortização é calculada sobre o custo do ativo sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, visto que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4.8 Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e a contribuição social do período corrente é calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que excede R\$ 240 no exercício para imposto de renda e a 15% sobre o lucro tributável para a contribuição social. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos e ambos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do período, as taxas de impostos são decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos períodos anteriores à "lei do bem". O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e são mensurados pelas alíquotas em que se espera serem aplicadas no momento pelo qual as diferenças temporárias foram revertidas.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis no contra os quais serão utilizados.

Os ativos e passivos fiscais circulares e diferidos oriundos de tributos sobre o lucro e lançados pela mesma autoridade tributária, são compensados para fins de apresentação no balanço patrimonial. A interpretação técnica IPC2 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Neste sentido, a entidade analisou respectivamente a legislação fiscal e os tratamentos utilizados nas apurações dos tributos sobre o lucro, e aplicando as premissas estabelecidas pelo IPC222. A Seguradora entende que há dúvida sobre a validade do valor indetido. As decisões judiciais que determinam pagamentos de tributos tomados nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL no exercício de 2017 (pelo regime de competência). Diante dessa incerteza, a Seguradora concluiu por provisionar o montante envolvido até que ocorra a aprovação dos saldos pelas autoridades. O saldo envolvido é irrelevante perante o total de contingências fiscais.

4.9 Provisões técnicas - Seguros

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as normas e determinações vigentes. No passivo técnico, não são circulante as provisões técnicas de seguros estão classificadas em: (a) Danos; (b) Pessoas; (c) Vida individual e (d) Vida com cobertura de sobrevivência.

4.9.1 Provisão de prêmios não ganhos - PPNG

É constituída pela parcela dos prêmios emitidos de seguros, bruto e ativo de resseguro, correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método "pró-rata die", tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. A provisão para riscos vigentes, mas não emitidos (PPNG) é calculada com base no prêmio bruto e ativo de resseguro observado, nas diversas carteiras do Grupo Allianz Brasil, considerando-se a data do início de vigência de cada documento e a sua respectiva data de emissão.

4.9.2 Provisão de sinistros a liquidar - PSL

É constituída por estimativa de pagamentos prováveis, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data das demonstrações financeiras, considerando a estimativa bruta e do ativo de resseguro. Inclui o ajuste do Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados - IBNER, como o reconhecimento da diferença entre os Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados e os sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final.

Para registro dos sinistros em discussão judicial a Seguradora aplica metodologia específica, a qual prevê a determinação dos valores de abertura considerando a melhor estimativa, de pagamento, que já considera a expectativa de juros e correção monetária futuros, conforme formulação obtida através de estudos estatísticos atuariais que levam em consideração, entre outros fatores, a correlação histórica entre o valor do prêmio e o valor indetido. As decisões judiciais que determinam pagamentos de reclamações oriundas de apólices vigentes, mesmo que sem cobertura prévia, são consideradas como sinistros e registradas como provisões técnicas.

São classificados como outros débitos os desfechos judiciais cujos eventos não estejam relacionados à apólices ou riscos ocorridos fora da vigência da apólice, com exceção aos sinistros vigentes e ainda não emitidos.

Caso um evento lançado inicialmente como outros débitos for identificado como ocorrido dentro da vigência da apólice, este poderá sofrer alteração, quando classificado como sinistros, quando houver tal caracterização. A expectativa de salvados e ressarcimentos, quando aplicável, está registrada como ajuste de salvados e ressarcidos na PSL.

4.9.3 Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR

É constituída para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados, sendo calculada com metodologia Chain Ladder tomando por base o desenvolvimento dos montantes de sinistros, incorridos e pagos, oriundos das datas de início e fim de ocorrência. O cálculo deste provisão considera o histórico de sinistros, incluindo os casos em ação judicial, movimentados até a data base de cálculo. São utilizados ao menos 60 (sessenta) períodos de desenvolvimento, agrupamentos trimestrais, considerando a análise da parcela bruta e do ativo de resseguro. A expectativa de salvados e ressarcimentos, quando aplicável, está registrada como ajuste de salvados e ressarcidos no IBNR.

4.9.4 - Provisão para eventos ocorridos e não avisados - PEONA SUS (Controlada Allianz Saúde) A provisão é estimada para o pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados de conhecimento da Allianz Saúde na data do Balanço. Para a parcela da PEONA-SUS, são as cobranças do Sistema Único de Saúde em caso de segurados da Allianz Saúde que receberam atendimentos emergenciais viabilizados pelo sistema. Por não possuir metodologia própria para cálculo da Provisão para Eventos Ocorridos mas Não Avisados - SUS, esta é então contabilizada através dos valores informados pela ANS no ANEXO VIII, da RN 393, de 2015 que tem por base o histórico dos eventos avisados referentes aos procedimentos realizados na rede assistencial do Sistema Único de Saúde (SUS).

4.9.5 Provisão de despesas relacionadas - PDR

O Grupo Allianz Brasil constitui, de forma segregada das demais provisões de sinistros, a provisão de despesas relacionadas para a cobertura dos valores esperados decorrentes das despesas relacionadas a sinistros e benefícios.

4.9.6 Provisão complementar de cobertura - PCC

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas decorrentes da combinação de Negócios (TAP). O TAP é elaborado utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em considerações realistas, considerando a tábua biométrica BR-EMS para ambos os sexos e estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco autorizada pela SUSEP.

4.9.7 Provisão de benefícios concedidos - Remissão (Controlada Allianz Saúde)

É constituída para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão por morte do segurado, visto que, quando aplicável, os ganhos e prejuízos são apólice a cobertura prevista nas Condições Gerais, sem o pagamento do prêmio correspondente. O desenvolvimento é determinado com base em cálculos atuariais, observando aos dispostos na Resolução Normativa nº 393/2015 da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

A provisão é calculada individualmente por beneficiário considerando o período de remissão, o valor médio dos sinistros da carteira por plano e faixa etária. O valor resultante do cálculo é ajustado a valor presente utilizando-se a taxa de juros livre de risco (SELIC).

4.9.8 Provisão para sinistros a liquidar - SUS (Controlada Allianz Saúde)

A provisão é constituída com base nos pedidos de ressarcimento de despesas pelo uso do Sistema Único de Saúde - SUS, realizado por segurados conveniados da controlada Allianz Saúde. O reconhecimento ocorre no momento do recebimento do aviso, emitido pelo SUS.

A controlada avalia os casos individualmente e efetua o ressarcimento daqueles valores que efetivamente são devidos.

4.9.9 Provisão para insuficiência de Contraprestações (Controlada Allianz Saúde)

A Provisão para Insuficiência de Contraprestações (PIC) refere-se à insuficiência das mensalidades para cobertura dos eventos a ocorrer, quando constatada. À luz da Resolução Normativa (RN) nº 393/2015, posteriormente alterada pela RN nº 442/2018 e nº 476/2021, dispõe-se sobre os critérios de constituição de Provisões Técnicas a serem observadas pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde. No tocante a PIC, a RN define em Art. 20-B que os valores apurados poderão ser constituídos de forma gradual e linear, ao longo de vinte e quatro meses, a partir de janeiro de 2021. Tendo em vista a facilidade expressamente formalizada em texto legal, a Seguradora optou pela utilização da constituição gradual, reconhecendo, portanto, o correspondente a 12 meses sobre a facilidade de se utilizar a data-base de dezembro de 2021. A RN nº 442/2018, e seus devidos anexos, acrescentam e alteram, principalmente, as definições relativas a constituição da PIC, com o devido reconhecimento em balanço a partir do exercício findo em 2021. O mesmo aplica-se para a RN nº 476/2021, cujo conteúdo permeia definições adicionais relativas a metodologia de cálculo e procedimentos a serem observados em relação a PIC (i.e., inclusão das multas administrativas na composição do FIC, entre outros).

Ainda, cabe-se ressaltar que durante a 10ª Reunião Extraordinária de Diretoria Colegiada da ANS, realizada em 27 de dezembro de 2021, deliberou-se sobre a facilidade de se utilizar o menor valor, entre aquele obtido, considerando-se os dados dos últimos 12 ou 24 meses. As devidas aprovações estão oficialmente registradas por via do Extrato de Ata, Cédula de Voto (nº 2/2021/CE/ME/GEHAE/GGAME/DIRAD-DIOPE/DIOPE) e Nota Técnica (nº 556/2021/CE/ME/GEHAE/GGAME/DIRAD-DIOPE/DIOPE).

4.9.10 Outras provisões técnicas (Controlada Allianz Saúde)

A provisão visa cobrir possíveis insuficiências dos prêmios dos contratos do seguro saúde em vigor, ao arca com os compromissos futuros assumidos, nestes contratos. A metodologia utiliza premissas atuariais reais e realiza uma projeção do fluxo de caixa futuro considerando tanto as receitas quanto as despesas, dos contratos vigentes na data-base de balanço.

4.11 Teste de adequação de passivos - TAP

As Seguradoras elaboraram o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem a definição de um contrato de seguro segundo legislação vigente e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado semestralmente e considera a soma do saldo contábil das provisões técnicas de contratos de seguro bruto de resseguro, deduzida da despesa de comercialização diferida e comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados.

As premissas utilizadas foram:

- O teste considerou a projeção dos sinistros e benefícios ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alcováveis relacionadas aos sinistros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros.

- Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados a Allianz Seguros utilizou as taxas a termo livres de risco definidas pela SUSEP - ETTJ pré-fixada.

- De acordo com a legislação vigente, o teste foi segmentado em seguro de pessoas e danos. Não foram incluídos nos testes os passivos relacionados às operações de retrocessão.

- A Allianz Seguros considerou na projeção dos sinistros a ocorrer premissas de sinistralidade e despesa futura baseadas no plano de negócio das expectativas futuras. Em 2022, os percentuais definidos de sinistralidade e despesas administrativas por agrupamento foram respectivamente: Automóvel (69,5%; 7,7%), Patrimoniais (61,9%; 4,5%), Transportes (59,3%; 3,3%), Responsabilidades (83,9%; 3,5%), Riscos Financeiros (35%; 0,3%), Pessoas Coletivo (50,6%; 2,7%) e Pessoas Individual (48%; 4,9%).

- A Allianz Brasil Seguradora S.A., considerou na projeção dos sinistros a ocorrer premissas de sinistralidade e despesas futuras baseadas no plano de negócio das expectativas futuras da Seguradora. Em 2021, os percentuais definidos de sinistralidade e despesas administrativas por agrupamento foram respectivamente: Automóvel (59,9%; 1,9%), Patrimoniais (63,8%; 2,4%).

- Para os seguros de vida em *run-off* a premisa de mortalidade utilizada foi tábua BR-EMS vigente.

- Para os sinistros de Sinistros (PDR, IBNR, IBNER, PDR) foram consideradas adequadas, tanto para o segmento de Danos quanto o de Pessoas, quando comparadas com o valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, considerando a expectativa de despesas alcováveis e salvados, quando aplicável.

As provisões de prêmios (PPNG-RVNE) foram consideradas adequadas, tanto para o segmento de Danos quanto o de Pessoas, quando comparadas com o valor presente esperado do fluxo referente a

sinistros a ocorrer dos riscos off assumidos, acrescidos das despesas de manutenção do portfólio.

Para os produtos em *run-off* (seguros de vida sem reenquadramento por faixa etária) os fluxos relacionados aos prêmios não registrados, sinistros a ocorrer e despesas correspondentes, o resultado do teste de adequação do passivo apresentou necessidade de constituição de provisão complementar de cobertura (PCC), Nota 16.1.

4.12 Provisões judiciais e ativos contingentes

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas, quando aplicável.

4.13 Contrato oneroso

Caracterizado quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato original excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato, provenientes de alterações nas condições de mercado. Tais contratos são reconhecidos e mensurados como provisões, sendo a diferença entre os pagamentos e recebimentos até o final do contrato, descontada a valor presente.

4.14 Adoção CPC 06 (R2) - arrendamento

O CPC 06 (R2) (IFRS 16) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICP 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27).

A norma referenciada pela SUSEP entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021 e introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Este modelo requer do arrendatário o reconhecimento de um ativo de direito de uso a ser depreciado e de um passivo de arrendamento com apropriação de encargos financeiros e que representa a sua obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento. As isenções são para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. Para arrendadores permanece semelhante ao padrão anterior.

Na transição a Seguradora reavaliou todos os contratos para identificar arrendamentos com direito de uso dos ativos conforme definição prevista no CPC 06 (R2) e aplicou a norma utilizando o método retrospectivo modificado e as informações financeiras comparativas abrangendo esse tema não foram apresentadas, como permitido pela referida norma. Portanto, a definição de arrendamento à luz do CPC 06 (R2) foi aplicada apenas para os ativos registrados em 1º de janeiro de 2021 ou celebrados após esta data.

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental de acordo com o prazo do contrato conforme abaixo:

- Contratos de arrendamento de locação de imóveis de 1 a 5 anos 1,4% e de 6 a 10 anos 2,7%;

- A taxa referencial é mensurada de acordo com três fatores: (i) taxa de juros do país, de acordo com os prazos de referência de contratos (de 1 a 5 anos, de 6 a 10 anos, de 11 a 20 anos e de 21 a 50 anos);

(ii) ajustada pelo spread de crédito baseado na taxa, de Allianz EUR Senior Credit Default Swap (CDS) disponível na agência Bloomberg; (iii) ajustada pelo tipo do arrendamento, a fim de incorporar a garantia contra o risco de inadimplência e múltiplo para imóveis é de 50%.

Os ativos de direito de uso foram avaliados por um valor igual ao passivo de arrendamento e ajustados pelo valor da provisão onerosa do contrato antes do período inicial como alternativa à revisão de *impairment*.

A Seguradora optou por não reconhecer itens de arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, tablets, computadores pessoais, telefones, móveis de escritório e copiadoras), bem como locações de carros. Os contratos reconhecidos sob o CPC 06 (R2) são oriundos de alugueis referenciados à sede da matriz da Seguradora e de suas filiais e estão registrados nas rubricas "Direito de uso" no ativo circulante e ativo não circulante, e "Passivo de arrendamentos" no passivo circulante e não circulante, respectivamente.

O prazo dos contratos de arrendamento é definido contratualmente. Estes contratos são revisados anualmente juntamente com a atualização monetária, ou em eventuais mudanças que afetem a mensuração inicial. Se houver a expectativa de renovação, o mesmo período do contrato original é considerado como prazo de renovação e acrescido no cálculo do valor presente do ativo e passivo de arrendamento no momento da mensuração inicial.

4.15 Benefícios aos colaboradores

As despesas com benefícios obrigatórios e espontâneos concedidos aos colaboradores são lançadas como despesa à medida que ocorrem.

O Grupo é patrocinador de plano de previdência privada, administrado por instituição de previdência controlada para esta finalidade, para seus colaboradores e administradores, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite aos participantes financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um fundo de investimento destinado a essa finalidade, com predominância em renda fixa. Os aportes mensais são calculados com base em salário-base de contribuição do participante.

O Grupo possui programa de participação dos colaboradores nos lucros, conforme disposto nas Leis nº 10.101/2000 e 12.832/2013, devidamente acordado com o sindicato representativo da categoria, sendo o valor correspondente registrado em "Obrigações a pagar". O cálculo da participação dos colaboradores líquido dos pagamentos de dividendos futuros esperados até o vencimento, bem como o valor justo do limite correspondente ao preço médio da ação prevalente na data de avaliação.

O rol de benefícios contempla ainda assistência médica ou seguro saúde, plano odontológico, auxílios: alimentação, refeição, combustível, creche, casamento e natalidade, complementação ao auxílio doença, seguro de vida em grupo e assistência funeral, e são reconhecidas a medida que incorridas.

4.15.1 Plano de incentivo baseado em ações

O programa de incentivo de longo prazo utilizado pelo Grupo Allianz, a nível mundial, para os principais executivos e membros da alta administração da marca Allianz, tem como objetivo o alcance de performance individual e premissas previamente determinadas pelo Grupo.

O plano de incentivo denominado *Allianz Equity Incentive* (AEI) é concedido sob a forma de unidades de estoque restritas *Restricted Stock Units* (RSUs), e faz parte de um novo componente de remuneração variável para os beneficiários do plano.

As RSUs estão sujeitas a um período de aquisição de quatro anos e são atreladas às ações do Grupo, como parâmetro monetário para a remuneração. O valor justo é calculado subtraindo o valor presente líquido dos pagamentos de dividendos futuros esperados até o vencimento, bem como o valor justo do limite correspondente ao preço médio da ação prevalente na data de avaliação.

5. GESTÃO DE RISCOS

A Seguradora possui uma estrutura de gestão de riscos que segue os padrões do Grupo Allianz e o requerido pela Circular SUSEP nº 416/2021, portanto, compatível com a natureza, o porte, a complexidade, o perfil de risco e o modelo de negócio da Seguradora. Esta estrutura é liderada pelo diretor executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance, que tem sob sua responsabilidade a área de Riscos com a gestão de um CRO (Chief Risk Officer), a área de Controles Internos e a área de Compliance, estando, desta forma, o sistema de controles internos totalmente integrado com a gestão de riscos. Como referência, o Grupo Allianz possui a melhor nota da Standard & Poor's ("Very Strong") atribuída ao sistema de Gestão de Riscos Corporativos (ERM framework). O CRO e sua estrutura assumem o papel de "segunda linha de defesa", e tem como finalidade monitorar se a Seguradora está sendo gerida dentro do apetite de riscos definido pela alta Administração e seus acionistas. A estrutura de gestão de riscos, por meio de um conjunto de metodologias e ferramentas de gestão de riscos, permite também identificar e avaliar os riscos que a Seguradora se encontra exposta que possam estar fora da sua tolerância, além de traçar seu perfil de riscos. Assim, é possível avaliar se há riscos que demandam uma estratégia de mitigação de forma a evitá-los, transferi-los através de resseguro, ou simplesmente aceitá-los conscientemente como parte dos negócios. O processo de gestão de riscos conta com a participação de todas as camadas da Seguradora que

Agrupamento	Prêmio Emitidos		Prêmios de Resseguros		Prêmios Retidos		Retenção		Resseguros	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Automóvel.....	6.372.156	5.297.819	(1.581.776)	(1.071.271)	4.790.380	4.226.548	75%	80%	-	-
Patrimonial.....	833.655	821.345	(245.649)	(308.566)	588.006	512.779	71%	62%	29%	38%
Transporte.....	405.384	370.753	(165.829)	(154.565)	239.555	216.388	59%	58%	4%	42%
Rural.....	207.709	281.884	(77.324)	(77.324)	130.385	204.560	63%	59%	25%	3%
Rural.....	228.677	245.735	(116.094)	(112.421)	112.583	133.314	49%	54%	51%	46%
Responsabilidades.....	113.582	129.795	(44.345)	(59.031)	69.237	70.764	61%	55%	39%	45%
Saúde.....	415.208	385.226	-	-	415.208	385.226	100%	100%	0%	0%
Demais.....	81.025	56.959	(60.732)	(36.648)	20.293	20.311	25%	36%	75%	64%
Totais.....	8.757.396	7.589.316	(2.291.749)	(1.766.892)	6.465.647	5.822.424	74%	77%	26%	23%

5.2.2 Seguro de vida

O gerenciamento dos riscos atrelados ao seguro de vida, comercializados pelo Grupo Allianz Brasil, leva em consideração, para fins de precificação, as tábuas de mortalidades aprovadas em nota técnica, arduamente pelo Conselho de Regulação e risco de despesa e parametrização de longevidade é efetuada através de sistema, sendo os capitais segurados e os prêmios atualizados anualmente com base na variação do IPCA/IBGE (Índice de Preços ao Consumidor Amplo / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) ou na falta deste, do IPCI/IBGE (Índice de Preços ao Consumidor / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), acumulados nos 12 (doze) meses que antecedem os 4 (quatro) meses anteriores ao do aniversário da apólice. Estes seguros, também estão estruturados no critério tarifário por idade, independente da atualização monetária prevista no item acima, os prêmios correspondentes a cada segurado são reenquadrados anualmente, na data de aniversário da apólice, de acordo com a mudança de idade do segurado.

Para os seguros coletivos, são realizados acompanhamentos mensais dos resultados, objetivando neutralizar os riscos de prêmio e risco de despesa. Casos de cancelamento de prêmios durante a execução dos trabalhos são propostos ajustes nas comissões, aumento de taxas ou outras alternativas visando o equilíbrio atuarial.

5.2.3 Seguro saúde

Responsabilidades por sinistros de saúde são estimadas utilizando-se técnicas atuariais de projeção de sinistros. Esses métodos extrapolam o desenvolvimento de sinistros para cada ano com base no desenvolvimento observado nos anos anteriores. Na maioria dos casos, nenhuma premissa externa é adotada já que as projeções se baseiam em premissas internas no desenvolvimento histórico dos sinistros nos quais as projeções estão baseadas.

Os planos de saúde coletivos são aqueles pagos pelo empregador ou pelo empregado via contrato de trabalho. Riscos de crédito e variações nos preços praticados são monitorados constantemente pela área de subscrição através de avaliações financeiras de empresas empregadoras com interesse no produto e prováveis aumentos deliberados pelo órgão regulador.

5.2.4 Análise de sensibilidade de sinistros

A análise de sensibilidade foi baseada no estresse das premissas atuariais consideradas nas estimativas correntes dos fluxos de caixa das obrigações futuras. Os impactos dos testes de sensibilidade demonstrados a seguir são aqueles que ocorreriam no resultado.

	Impacto no Resultado e no Patrimônio Líquido			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Prêmios Atuariais.....	195.665	212.152	163.665	146.272
Aumento de 5% na sinistralidade.....	(195.665)	(212.152)	(163.665)	(146.272)
Redução de 5% na sinistralidade.....	(121.701)	(132.352)	(101.209)	(106.028)
Aumento de 3% nas despesas administrativas.....	121.701	132.352	101.209	106.028
Aumento de 1% na taxa de juros.....	(75.434)	(66.425)	(67.854)	(58.316)
Redução de 1% na taxa de juros.....	75.434	66.425	67.854	58.316

5.2.5 Risco de subscrição

O risco de subscrição relaciona-se à volatilidade entre o valor dos sinistros esperados e o valor real. Observa-se principalmente os riscos de prêmio e reservas. Atualmente, são realizados estudos que analisam a suficiência de prêmios perante o passivo atuarial, bem como aplicam-se ferramentas de análise com objetivo-fim de obter-se a otimização dos contratos de resseguro. Também são desenvolvidos acompanhamentos das reservas e/ou flutuações atípicas durante o período corrente, tendo em vista metodologias atuariais específicas para tal.

Há considerações importantes que devem precisar ser analisadas para permitir que o risco de subscrição seja bem gerenciado e mitigado, como a concentração de riscos por tipo e localização, além de estratégias de transferência de risco ou resseguros.

O risco de catástrofe natural que envolve, por exemplo, risco de perdas relacionadas a alagamento, vendaval e outros eventos, é avaliado pela projeção de perdas potenciais nas áreas mais predispostas a danos. Potenciais exposições são monitoradas analisando determinadas concentrações em algumas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. As políticas de resseguros e cosseguros também abordam os riscos e coberturas para catástrofes.

O quadro

ALLIANZ DO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ nº 42.332.650/0001-84

www.allianz.com.br



5.3.1.2 - Exposição ao risco com resseguradores

Visando segurança e solidez, as Seguradora priorizam firmar negócios com resseguradores que detêm elevado grau de crédito. Para fins de cálculo da exposição de risco de crédito, especificamente para as categorias de resseguradores admitida e eventual, o grau de risco é atribuído em função da classificação de risco emitida por agências de rating de escala global, equiparadas a Standard & Poor's (S&P). Para a categoria de resseguradores locais, esta é classificada como grau 1 de risco, de acordo com o estipulado na Resolução CNSP nº 321/2015. As operações de resseguro, especialmente no que tange às parcelas de sinistros a recuperar, são gerenciadas pela Allianz Seguros em conformidade com os padrões operacionais estabelecidos pelo regulador. Os sinistros a recuperar com resseguradores estão assim apresentados:

Rating	Classes de Resseguradoras						Totais
	Local	Admitida	Eventual				
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
AAA / AA+ / AA / AA- /	223.916	154.889	19.270	38.578	203.381	138.119	446.567
A+ / A / A- /	-	-	1.779	1.193	158	270	1.937
BBB+ / BBB / abaixo de BBB- /	-	5	-	-	-	6	-
	223.916	154.894	21.049	38.759	203.539	138.290	448.504
							333.060

5.3.2 Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuações dos mercados financeiros, que causam mudanças na avaliação econômica de ativos e passivos em virtude de flutuações nas taxas de juros, preços e taxas de câmbio. Mensalmente a área de riscos produz análises em que são considerados os valores de mercado dos ativos e, a partir de diferentes cenários de taxa de juros, demonstra os impactos na solvência do Grupo e resultado financeiro.

Há outras considerações importantes analisadas pelo Comitê de Investimentos para permitir que o risco de mercado seja bem gerenciado e mitigado como, por exemplo, o monitoramento e análise contínua de sensibilidade de juros da duração da carteira, casamento dos vencimentos dos ativos com os passivos atuais e indexador dos papéis. Além disso, o Comitê de Investimentos estipula limites relacionados à exposição da carteira em risco de mercado.

5.3.2.1 Risco de juros

O risco na taxa de juros resulta da variação na taxa de juros de mercado dos ativos que compõem o portfólio do Grupo Allianz Brasil, impactando seus preços e, consequentemente, a rentabilidade do mesmo.

Os ativos são classificados como disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e a preços de mercado (valor justo). A avaliação desses ativos é feita pelo banco custodiante com base em manual próprio de marcação a mercado e validada pela área de investimentos.

O teste de sensibilidade abaixo mostra o impacto de uma alta na taxa de juros nos ativos que compõem a carteira da Grupo Allianz Brasil. Vale ressaltar que os investimentos em Letras Financeiras do Tesouro (LFT), os Certificados de Depósitos Bancários (CDB), Letras Financeiras (LF) e Debêntures presentes na carteira da Grupo Allianz Brasil são pós-fixados, não apresentando, portanto, nenhum impacto quanto à variação de taxa de juros.

Classes	31/12/2022			
	Saldo Contábil	Efeitos no resultado e Patrimônio líquido	Saldo Ajustado	
Ativos privados - Quotas de Fundos de Investimentos	22.216	-	-	22.216
Totais	22.216	-	-	22.216
Classes	31/12/2021			
	Saldo Contábil	Efeitos no resultado e Patrimônio líquido	Saldo Ajustado	
Ativos privados disponíveis para venda-pós-fixados.	31.014	-	-	31.014
Totais	31.014	-	-	31.014

Classes	31/12/2022			
	Premissas	Saldo Contábil	Efeitos no resultado e Patrimônio líquido	Saldo Ajustado
Ativos públicos disponíveis para venda				
Pré-fixado	Aumento de 4,5 p.p na taxa	1.206.036	(93.551)	1.112.486
Inflação	Aumento de 4,5 p.p na taxa	1.940.554	(165.127)	1.775.429
Pós-fixado		640.164	-	640.165
Ativos privados disponíveis para venda-pós-fixados		5.570	-	5.570
Quotas de FIF Valor justo por meio do resultado - Pós-fixado				
Ativos privados		221.073	-	221.073
Totais		4.013.397	(258.678)	3.754.723
Classes	31/12/2021			
	Premissas	Saldo Contábil	Efeitos no resultado e Patrimônio líquido	Saldo Ajustado
Ativos públicos disponíveis para venda				
Pré-fixado	Aumento de 4,5 p.p na taxa	1.352.513	(134.626)	1.217.887
Inflação	Aumento de 4,5 p.p na taxa	1.654.277	(188.487)	1.465.790
Pós-fixado		626.050	-	626.050
Ativos privados disponíveis para venda-pós-fixados		76.005	-	76.005
Equivalente de caixa - pós-fixado		8.079	-	8.079
Ativos privados		8.079	-	8.079
Totais		3.716.924	(323.113)	3.393.811

5.3.2.2 Risco de preço

O risco de preço decorre da variação do preço de negociação de um determinado instrumento financeiro. O Grupo não possui exposição em ações ou outros ativos financeiros que sofram variação de preço que não os relativos às variações de juros, conforme mencionado no item anterior. Dessa forma, a gestão do risco de preços é realizada exclusivamente por meio da análise de sensibilidade de juros.

5.3.2.3 Risco de câmbio

Ocorre quando o investimento é realizado em instrumentos financeiros denominados em moeda diferente daquela em que foi aberta a conta de origem. As variações da taxa de câmbio poderão resultar em perdas no caso de haver descasamento de saldos ativos e passivos. O controle desse risco é exercido mediante monitoramento das posições ativas e passivas em moedas estrangeiras, com o propósito de identificar o grau de exposição e descasamento. Há limites específicos para exposição em moeda estrangeira que são monitorados pelo Comitê de Investimentos.

5.3.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco, no curto prazo, de que as obrigações de pagamentos (correntes ou futuros) não possam ser cumpridas ou mediante condições alteradas. Este risco pode surgir principalmente se existir incompatibilidade entre o calendário de pagamentos e as obrigações de financiamento. Há dois fatores importantes que precisam ser analisados para permitir que o risco de liquidez seja bem gerenciado e mitigado: casamento de ativos e passivos e monitoramento da liquidez da carteira de aplicações financeiras.

O fluxo de caixa do Grupo é monitorado diariamente pelas áreas de riscos, *asset management* e tesouraria, o que permite que qualquer risco iminente de liquidez seja identificado e remediado imediatamente. Periodicamente é feita a projeção do fluxo de caixa e é apurado o índice de liquidez a partir de cenários de estresse e limites em conformidade com o apetite de risco.

5.3.3.1 Exposição de risco de liquidez

Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

Os percentuais do total de ativos que devem ser aplicados por tipo de papel e por prazo de vencimento são decididos e aprovados semestralmente pelo Comitê de Investimentos. Esses limites são estabelecidos com o intuito de alinhar os vencimentos dos ativos financeiros com o desenvolvimento médio dos passivos do Grupo Allianz Brasil.

O Grupo Allianz Brasil aplica em ativos corrigidos por inflação, pré-fixados e pós-fixados, visando a proteção pela diversificação do ativo e alinhamento com a correção do passivo que pode ser corrigido por índices variados.

As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Os fluxos de caixa-para os ativos e passivos originados pelas operações de seguro estão assim apresentados:

Descrição	31/12/2022				
	A vista ou sem vencimento definido	Em até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Totais
Caixa e equivalente de caixa	1.208	-	-	-	1.208
Aplicações financeiras	-	22.216	-	-	22.216
Outros ativos	-	8.618	1.117	-	9.735
Total dos ativos financeiros	1.208	30.834	1.117	-	33.159
Contas a pagar e outros passivos	-	6.178	1.078	-	7.256
Total dos passivos	-	6.178	1.078	-	7.256
Classes	31/12/2021				
	A vista ou sem vencimento definido	Em até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Totais
Caixa e equivalente de caixa	672	-	-	-	672
Aplicações financeiras	-	31.014	-	-	31.014
Outros ativos	-	7.359	4.626	-	13.440
Total dos ativos financeiros	672	38.373	4.626	-	45.126
Contas a pagar e outros passivos	-	8.824	2.256	-	12.321
Total dos passivos	-	8.824	2.256	-	12.321

Descrição	31/12/2022				
	A vista ou sem vencimento definido	Em até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Totais
Caixa e equivalente de caixa	330.897	-	-	-	330.897
Aplicações financeiras	15.622	1.207.279	1.526.686	1.264.472	4.014.059
Créditos das operações com seguros e resseguros	340.660	3.617.041	22.973	-	3.980.674
Ativos de resseguros - provisões técnicas (*)	-	2.114.047	194.902	398.921	2.698.870
Outros ativos	318.510	73.064	71.896	80.376	543.845
Total dos ativos financeiros	1.005.689	7.011.431	1.816.457	1.734.769	11.568.345
Provisões técnicas	-	6.524.047	525.821	1.154.629	8.204.497
Débitos das operações com seguros e resseguros	-	1.791.932	52.553	20.349	1.864.834
Contas a pagar e outros passivos	30.958	535.465	67.450	80.837	741.710
Total dos passivos	30.958	8.851.444	645.824	1.255.815	10.784.041

Descrição	31/12/2021				
	A vista ou sem vencimento definido	Em até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Totais
Caixa e equivalente de caixa	672	-	-	-	672
Aplicações financeiras	-	31.014	-	-	31.014
Outros ativos	-	7.359	4.626	-	13.440
Total dos ativos financeiros	672	38.373	4.626	-	45.126
Contas a pagar e outros passivos	-	8.824	2.256	-	12.321
Total dos passivos	-	8.824	2.256	-	12.321

Descrição	31/12/2022				
	A vista ou sem vencimento definido	Em até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Totais
Caixa e equivalente de caixa	330.897	-	-	-	330.897
Aplicações financeiras	15.622	1.207.279	1.526.686	1.264.472	4.014.059
Créditos das operações com seguros e resseguros	340.660	3.617.041	22.973	-	3.980.674
Ativos de resseguros - provisões técnicas (*)	-	2.114.047	194.902	398.921	2.698.870
Outros ativos	318.510	73.064	71.896	80.376	543.845
Total dos ativos financeiros	1.005.689	7.011.431	1.816.457	1.734.769	11.568.345
Provisões técnicas	-	6.524.047	525.821	1.154.629	8.204.497
Débitos das operações com seguros e resseguros	-	1.791.932	52.553	20.349	1.864.834
Contas a pagar e outros passivos	30.958	535.465	67.450	80.837	741.710
Total dos passivos	30.958	8.851.444	645.824	1.255.815	10.784.041

Descrição	31/12/2021				
	A vista ou sem encimento definido	Em até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Totais
Caixa e equivalente de caixa	194.006	-	-	-	194.006
Aplicações financeiras	14.683	640.134	1.455.540	1.814.105	3.924.462
Créditos das operações com seguros e resseguros	341.916	2.633.400	16.526	25	2.991.867
Ativos de resseguros - provisões técnicas (*)	-	1.675.373	713.927	26.807	2.416.107
Outros ativos	347.001	69.346	130.661	98.231	645.239
Total dos ativos financeiros	897.606	5.018.253	2.316.654	1.939.168	10.171.681
Provisões técnicas	-	5.474.351	1.978.527	100.009	7.552.887
Débitos das operações com seguros e resseguros	-	1.093.345	61.446	20.769	1.175.560
Contas a pagar e outros passivos	13.765	466.412	92.766	112.434	683.377
Total dos passivos	13.765	7.032.108	2.132.739	233.212	9.411.824

(*) Liquidez de Custos de aquisição diferidos R\$ 181.255 (R\$ 201.799 em dezembro de 2021).

O Grupo Allianz Brasil considera, para avaliação de seu capital circulante líquido, os ativos financeiros classificados como disponível para venda e com vencimento superior a um ano, tendo em vista a liquidez imediata destes ativos.

5.4 Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, ineficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas e de eventos externos, excluindo desse conceito os riscos estratégico e reputacional e incluindo os riscos legais e de *compliance*. A gestão de risco operacional acompanha os diversos cenários de exposição a riscos aos quais o Grupo Allianz está sujeito, refletindo o ambiente de negócios, o comportamento da concorrência e os compromissos com os resultados que o Grupo tem com os acionistas, colaboradores, órgãos reguladores e sociedade.

O Grupo adota um processo interno de avaliação de riscos, identificação, implementação e adequação dos controles internos baseado na metodologia COSO (*Committee of Sponsoring Organizations*), com foco nos principais processos que afetam os reportes financeiros do Grupo.

O Grupo possui um sistema global de monitoramento de seus riscos operacionais. A utilização de um sistema único permite um acompanhamento dos registros dos eventos e possibilita a criação e/ou adequação de seus controles internos visando evitar novas ocorrências similares.

Caso os riscos operacionais venham a se materializar e gerar perdas operacionais, o Grupo também possui processos para a coleta das mesmas que foi revisado para se adequar aos requerimentos da Circular SUSEP nº 517/2015 relacionadas à Base de Dados de Perdas Operacionais (BDPO). A implantação da BDPO no formato requerido pela SUSEP está finalizada e, atualmente, o Grupo utiliza sistema próprio para o armazenamento de eventuais perdas operacionais que venham a ocorrer.

5.5 Outros riscos

As outras três categorias primárias para a identificação, avaliação e mitigação de riscos são: risco reputacional, risco estratégico e risco de custos.

O risco reputacional é o risco de perda direta ou perda de negócios futuros causados por uma queda na reputação do Grupo Allianz Brasil, entre os seus stakeholders (acionistas, clientes, colaboradores, parceiros de negócios ou o público em geral). Normas e políticas do Grupo Allianz devem ser seguidas por todas as empresas do mundo com o intuito de reduzir esse tipo de risco.

Existem também processos e mecanismos que permitem o monitoramento e gestão dos riscos associados com a estratégia do Grupo Allianz Brasil e os custos dessa estratégia, como o processo anual de revisão e aprimoramento do plano trienal de cada subsidiária do Grupo que incluem considerações detalhadas de custos atuais e projetados, como também níveis de solvência durante o período do plano.

5.6 Gestão de capital

Os valores do capital mínimo requerido e patrimônio líquido ajustado são acompanhados mensalmente pelos membros do Comitê de Riscos, juntamente com a observância do cumprimento das políticas internas de subscrição visando um crescimento lucrativo do Grupo Allianz Brasil. Se algum indicador financeiro ou econômico mostrar qualquer desalinhamento com os objetivos e limites impostos pelo Grupo Allianz e os agentes regulatórios, existem mecanismos e processos que podem ser postos em prática para preservar a saúde financeira e econômica do Grupo Allianz Brasil. Estes processos envolvem formulação de planos estratégicos específicos de remediação de possíveis deficiências econômico-financeiras e podem incluir aporte de capital do Grupo Allianz para permitir o crescimento sustentável do Grupo.

5.6.1 Patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido

Conforme Resolução CNSP 432, de 12 de novembro de 2021, e atualizações posteriores, o cálculo do PLA deverá ser igual ou superior ao CMR. Em 31 de dezembro de 2021, a Allianz Seguros S.A. apresentou os seguintes resultados de PLA e CMR:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio líquido	4.561.861	4.273.480
Ajustes contábeis		
(-) Participações societárias	(2.266.606)	(2.541.179)
(-) Despesas antecipadas	(1.106)	(402)
(-) Ativos intangíveis	(6.079)	(12.157)
(-) Créditos tributários de prejuízos fiscais imposto de renda e bases negativas contribuição social	(822.183)	(510.026)
(-) Imóveis urbanos (e direitos de vendas) superior 14% do ativo total ajustado	(5.425)	(5.080)
(-) Créditos tributários decorrentes de ajustes temporais	(284.026)	(177.174)
Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Nível 1	1.176.436	1.027.462
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios registrados	258.079	117.893
Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Nível 2	258.079	117.893
(-) Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(108.420)	(43.116)
(+) Créditos tributários decorrentes de ajustes temporais	284.026	177.174
(+) Imóveis urbanos (e direitos de vendas) superior 14% do ativo total ajustado	5.425	5.080
Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Nível 3	181.031	139.138
(-) Ajustes do excesso do PLA de Nível 2 e Nível 3	(5.425)	(5.080)

Títulos	31/12/2022		Nível hierárquico	Indeterminado	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil	Valor justo	Custo atualizado	Indexador e taxa média de juros contratadas a.a. %
	Disponíveis para venda - títulos de renda fixa	Disponíveis para venda - títulos de renda fixa								
Fundos de investimento	-	-	Nível 2	-	-	-	-	-	-	-
NTN-B	-	-	Nível 1	-	-	-	-	-	-	-
NTN-F	-	-	Nível 1	-	-	-	-	-	-	-
LFT	-	-	Nível 1	-	-	-	-	-	-	-
LTN	-	-	Nível 1	-	-	-	-	-	-	-
Valor justo por meio de resultado - títulos de renda fixa	-	-	Nível 1	-	-	-	-	-	-	-
Quotas de fundos de investimentos	-	-	Nível 2	-	-	-	-	-	-	-
Outras aplicações	-	-	Nível 2	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	Nível 2	-	-	-	-	-	-	-
Totais	-	-	Nível 2	-	-	-	-	-	-	-

Títulos	Nível hierárquico
Disponíveis para venda - títulos de renda fixa	
CDB	Nível 2
Fundos	Nível 2
Letra Financeira	Nível 2
NTN-B	Nível 1
NTN-F	Nível 1
LFT	Nível 1
LTN	Nível 1
Valor justo por meio de resultado - títulos de renda fixa	
Quotas de fundos de investimentos	
Debênture	Nível 2
Letra Financeira	Nível 2
LFT	Nível 1
OVER	Nível 1
Outros	Nível 1
Outras aplicações	Nível 2
Subtotal	
Equivalente de caixa-Títulos de renda fixa -CDB	
Totais	

ALLIANZ DO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ nº 42.332.650/0001-84

www.allianz.com.br



8.2.2 Ressarcimentos a receber considerando o prazo para recebimento

Ramos agrupados	31/12/2022						31/12/2021					
	Vencidos	1 a 60 dias	61 a 180 dias	181 a 365 dias	acima de 365 dias	Totais	Vencidos	1 a 60 dias	61 a 180 dias	181 a 365 dias	acima de 365 dias	Totais
Patrimonial.....	282	212	-	137	122	777	185	166	268	(13)	4	610
Responsabilidades.....	19	-	-	-	-	19	19	-	-	-	-	19
Automóvel.....	2.745	2.499	3.208	4.660	2.794	15.906	2.087	1.815	2.253	2.062	1.549	9.766
Transportes.....	201	425	107	27	194	954	205	16	84	18	-	323
Rural.....	180	22	33	1	246	70	11	22	33	22	159	122
Totais	3.427	3.158	3.485	4.820	3.012	17.902	2.566	2.008	2.627	2.100	1.575	10.876

8.3 Realização de salvados disponíveis para venda e ressarcimentos a receber

As realizações dos ativos de direitos relacionados a salvados a venda e a ressarcimentos a receber foram elaborados sob análise da base histórica, considerando o tempo entre o registro de entrada salvados e ressarcimentos nas Seguradoras e a realização dos mesmos, e o percentual encontrado neste estudo foi aplicado sobre os saldos de 31 de dezembro de 2022 e 2021. O quadro abaixo demonstra as efetivas realizações tendo como pilar o tempo de posse do bem:

Prazo para realização	31/12/2022						31/12/2021					
	Automóvel	Patrimonial	Transporte	PESSOAS	Rural	Responsabilidades	Demais	Realizações até 31/12/2022	Realizações até 31/12/2021	Realizações até 31/12/2022	Realizações até 31/12/2021	Realizações até 31/12/2022
1 mês.....	728	-	58	-	-	-	6.306	7.092	-	7.092	-	7.092
2 meses.....	119.817	564	18	-	-	-	-	120.399	-	120.399	-	120.399
3 meses.....	189.610	81	1.821	-	219	-	-	191.731	-	191.731	-	191.731
4 meses.....	140.007	718	2.447	-	-	-	-	143.412	-	143.412	-	143.412
5 meses.....	103.970	-	3.205	-	-	-	-	107.655	-	107.655	-	107.655
6 meses.....	73.857	1.246	1.375	-	118	-	-	77.474	-	77.474	-	77.474
7 meses.....	44.633	16	1.739	-	73	-	-	46.461	-	46.461	-	46.461
8 meses.....	24.221	-	918	-	48	-	-	25.187	-	25.187	-	25.187
9 meses.....	13.600	-	849	-	33	-	-	14.482	-	14.482	-	14.482
10 meses.....	12.144	-	1.624	-	-	-	-	14.444	-	14.444	-	14.444
11 meses.....	11	-	1.670	-	32	-	-	7.157	-	7.157	-	7.157
12 meses.....	6.655	-	906	-	-	-	-	8.245	-	8.245	-	8.245
Entre 13 e 18 meses.....	14.456	12.411	2.576	-	32	-	-	30.977	-	30.977	-	30.977
Acima de 18 meses.....	11.360	-	2.067	-	259	-	-	14.069	-	14.069	-	14.069
Total	762.991	15.036	21.873	-	1.294	-	6.306	811.263	-	811.263	-	811.263

Prazo para realização	31/12/2022						31/12/2021					
	Automóvel	Patrimonial	Transporte	Pessoas	Rural	Responsabilidades	Demais	Realizações até 31/12/2022	Realizações até 31/12/2021	Realizações até 31/12/2022	Realizações até 31/12/2021	Realizações até 31/12/2022
1 mês.....	38.068	14.590	2.368	3	1.939	215	10.567	67.750	-	67.750	-	67.750
2 meses.....	213.870	494	3.882	-	482	8	-	218.736	-	218.736	-	218.736
3 meses.....	195.675	1.003	1.447	-	61	142	-	198.328	-	198.328	-	198.328
4 meses.....	94.160	-	1.272	-	-	120	-	95.803	-	95.803	-	95.803
5 meses.....	43.861	-	1.453	-	116	5	-	45.535	-	45.535	-	45.535
6 meses.....	23.718	117	235	-	-	-	-	24.070	-	24.070	-	24.070
7 meses.....	15.585	2	405	-	-	11	-	16.003	-	16.003	-	16.003
8 meses.....	12.414	-	507	-	-	61	-	12.982	-	12.982	-	12.982
9 meses.....	7.716	1	164	-	-	100	-	7.981	-	7.981	-	7.981
10 meses.....	7.052	-	103	-	-	-	-	7.157	-	7.157	-	7.157
11 meses.....	5.802	-	235	-	-	-	-	6.037	-	6.037	-	6.037
12 meses.....	4.507	-	1.123	-	4	-	-	5.634	-	5.634	-	5.634
entre 13 e 18 meses.....	21.500	6	3.124	-	-	-	2.780	27.410	-	27.410	-	27.410
Acima de 18 meses.....	6.030	-	174	-	103	31	-	6.908	-	6.908	-	6.908
Totais	689.958	16.785	16.592	3	2.756	693	13.347	740.134	-	740.134	-	740.134

9. OUTROS VALORES E BENS - ATIVOS DE DIREITO DE USO

A classe de ativos para direito de uso refere-se aos contratos de aluguéis da matriz e filiais avaliados sob o CPC 06 (R2) conforme nota 4.14 e é depreciado linearmente pelo prazo do contrato de arrendamento.

Saldo em 1º de janeiro de 2022.....	194.083	31/12/2022
Remensuração.....	(34.934)	
Depreciação.....	(24.202)	
Saldo em 31/12/2022.....	134.947	

Saldo em 1º de janeiro de 2021.....	192.227	31/12/2021
Remensuração.....	(33.046)	
Depreciação.....	(31.190)	
Saldo em 31/12/2021.....	194.083	

Os contratos de arrendamento, de acordo com os critérios definidos no CPC 06 (R2), são remensurados quando da alteração contratual. Os contratos de arrendamento da Allianz Seguros S.A. foram remensurados, no exercício de 2021, de acordo com:

- Atualização anual do valor pago para arrendamento dos imóveis (atualização conforme cláusulas contratuais - IPCA e/ou IGP-M);
- Renegociação do contrato Matriz São Paulo com ajuste no valor pago e prazo de vigência contratual.
- Atualização da taxa de desconto, de acordo com índices do mercado.

10. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Os custos de aquisição diferidos são compostos por montantes referentes às comissões de corretagem, relativos à comercialização de seguros e representam as parcelas a decorrer. Estes montantes são diferidos ao longo do prazo de vigência das apólices e apropriados ao resultado do período. Todos os demais custos de comercialização são reconhecidos como despesas, quando incorridos. A composição dos custos de aquisição diferidos, registradas no ativo circulante e não circulante, está assim apresentada:

Ramos agrupados	31/12/2022						31/12/2021					
	Automóvel	Patrimonial	Transporte	Pessoas	Rural	Responsabilidades	Demais	Automóvel	Patrimonial	Transporte	Pessoas	Rural
Automóvel.....	546.110	-	-	-	-	-	-	496.845	-	-	-	-
Patrimonial.....	-	81.435	-	-	-	-	-	79.812	-	-	-	-
Transporte.....	-	14.769	-	-	-	-	-	12.962	-	-	-	-
Pessoas.....	-	-	16.292	-	-	-	-	17.938	-	-	-	-
Rural.....	-	-	14.187	-	-	-	-	15.027	-	-	-	-
Responsabilidades.....	-	-	11.551	-	-	-	-	12.383	-	-	-	-
Saúde Grupal.....	-	-	-	-	-	-	-	845	-	-	-	-
Demais.....	-	-	-	-	-	-	-	5.152	-	-	-	-
Totais	690.341	96.204	42.929	16.292	14.187	11.551	12.383	640.030	96.204	42.929	16.292	14.187

10.1 A movimentação dos custos de aquisição diferidos está assim apresentada:

Saldo no início do exercício.....	640.030	31/12/2021
Integração do AZBR.....	638.999	
Comissões.....	1.118	
Recuperação de comissões.....	1.327.358	1.299.810
Outras despesas de comercialização.....	(1.781)	(28.501)
Custos de aquisição apropriados.....	80.035	115.736
Saldo no final do exercício.....	689.496	640.030

11. INVESTIMENTOS

11.1 Participações societárias

Empresas	31/12/2022						31/12/2021					
	Capital social	Ações ordinárias	Patrimônio líquido	Lucro líquido ajustado	Participação no capital	Investimentos equivalentes	Capital social	Ações ordinárias	Patrimônio líquido	Lucro líquido ajustado	Participação no capital	Investimentos equivalentes
Allianz Seguros S.A.....	5.261.640	7.522.469.387	4.561.861	(504.068)	99,971%	4.560.535	5.261.640	7.522.469.387	4.561.861	(504.068)	99,971%	4.560.535
Allianz Saúde S.A.....	292.837	174.957.422	155.857	(70.855)	0,0008%	1	292.837	174.957.422	155.857	(70.855)	0,0008%	1
Brasil de Imóveis e Participações Ltda.....	4.720	4.720.000	15.916	(7)	100,00%	1	4.720	4.720.000	15.916	(7)	100,00%	1
Corsetec-Assessoria e Corretagem e Seguros Ltda.....	120	120.000	7.304	416	0,002%	-	120	120.000	7.304	416	0,002%	-
Allianz Serviços e Participações S.A.....	1.551	1.551.100	15.812	1.201	100,000%	15.812	1.551	1.551.100	15.812	1.201	100,000%	15.812
Participações societárias.....	-	-	-	-	-	4.592.264	-	-	-	-	-	4.592.264
Deságio a amortizar (*).....	-	-	-	-	-	(8.840)	-	-	-	-	-	(8.840)
Totais	6.833.897	14.910.869	10.051.031	4.133.261	99,9999%	4.583.424	6.833.897	14.910.869	10.051.031	4.133.261	99,9999%	4.583.424

(*) Refere-se a recompra de ações do acionista não controlador com o objetivo de aumentar a participação acionária. Sua amortização se realizará quando o investimento for alienado.

11.2 Movimentação das participações societárias

Saldo no início do exercício.....	4.293.692	31/12/2021
Resultado de equivalência patrimonial.....	4.904.118	
Investimento em controlada - aumento capital.....	800.000	
Ajuste de participação.....	12	(9.763)
Ajustes de avaliação patrimonial controladas.....	(35.314)	(242.606)
Incorporação AZBR.....	27.763	
Saldo no final do exercício.....	4.583.424	4.293.692

12. IMÓVEIS DESTINADOS A RENDA, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

12.1 A movimentação do ativo imobilizado e dos imóveis destinados à renda está assim apresentada:

Descrição	31/12/2021						31/12/2022					
	Taxa de depreciação	Saldo residual	Depreciação	Saldo residual	Saldo contábil bruto	Depreciação acumulada	Taxa de depreciação	Saldo residual	Depreciação	Saldo residual	Saldo contábil bruto	Depreciação acumulada
Terenos e Edificações.....	-	10	-	10	10	-	-	10	-	10	10	-
Outras imobilizações.....	10%	174	(64)	110	597	(487)	10%	241	(67)	174	597	(423)
Totais	-	184	(64)	120	607	(477)	-	251	(67)	184	607	(423)

Descrição	31/12/2020						31/12/2021					
	Taxa de depreciação	Saldo residual	Aquisições	Depreciação	Saldo residual	Saldo contábil bruto	Taxa de depreciação	Saldo residual	Aquisições	Depreciação	Saldo residual	Saldo contábil bruto
Terenos e edificações.....	0 a 4 %	5.235	-	(52)	5.183	14.630	0 a 4 %	5.292	212	(212)	(57)	5.235
Benefícios em imóveis de terceiros.....	7%	17.825	-	(2.987)	14.838	36.604	7%	21.361	7.177	(7.428)	(3.285)	17.825
Equipamentos, móveis, máquinas e utensílios.....	10 a 20%	6.137	-	(1.556)	4.581	37.342	10 a 20%	11.226	5.470	(8.402)	(2.157)	6.137
Computadores e periféricos.....	20%	24.760	6.392	(6.398)	24.753	64.654	20%	22.555	10.028	(2.810)	(5.013)	24.760
Outras imobilizações.....	10%	8.262	4.626	(2.632)	10.256	19.380	10%	7.783	3.517	(1.109)	(1.929)	8.262
Totais	-	62.219	11.018	(13.625)	59.612	172.610	-	68.217	26.404	(19.961)	(12.441)	62.219

Descrição	31/12/2020					31/12/2021				
	Taxas de depreciação	Saldo residual	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo residual	Saldo contábil bruto	Depreciação acumulada		
Terenos e edificações.....	0 a 4 %	5.292	212	(212)	(57)	5.235	16.840	(9.405)		
Benefícios em imóveis de terceiros.....	7%	21.361	7.177	(7.428)	(3.285)	17.825	37.949	(20.124)		
Equipamentos, móveis, máquinas e utensílios.....	10 a 20%	11.226	5.470	(8.840)	(2.157)	6.137	37.360	(31.223)		
Computadores e periféricos.....	20%	22.555	10.028	(2.812)	(5.013)	24.760	59.157	(34.397)		
Otras imobilizações.....	10%	7.783	3.517	(1.969)	(1.929)	8.262	14.771	(6.509)		
Totais		68.217	26.404	(19.991)	(12.441)	62.219	163.877	(101.658)		

ALLIANZ DO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ nº 42.332.650/0001-84

www.allianz.com.br



16.6 Tabela de desenvolvimento de sinistros

A tabela abaixo demonstra o desenvolvimento dos sinistros avisados da controladas Allianz Seguros e Allianz Saúde, considerando despesas relacionadas, porém não contemplando os valores de retrocessão, salvados e ressarcimentos. A parte superior da tabela ilustra como a estimativa do sinistro se desenvolve através do tempo e a parte inferior reconcilia os valores pendentes de pagamento contra o valor do passivo divulgado no balanço.

Brutos de resseguros cedidos (*)

	Período de aviso do sinistro									
	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022
No ano do aviso.....	4.110.520	4.648.958	4.554.436	4.250.944	4.329.711	4.316.847	4.457.685	4.127.250	5.570.399	6.721.270
Um ano após o aviso.....	4.377.469	4.784.785	4.754.967	4.326.972	4.405.095	4.378.809	4.611.371	4.231.605	5.717.006	-
Dois anos após o aviso.....	4.377.952	4.784.999	4.673.009	4.346.006	4.412.772	4.382.559	4.649.913	4.223.172	-	-
Três anos após o aviso.....	4.383.045	4.813.464	4.699.079	4.370.159	4.421.862	4.400.326	4.602.970	-	-	-
Quatro anos após o aviso.....	4.405.302	4.820.337	4.729.298	4.374.150	4.455.070	4.391.090	-	-	-	-
Cinco anos após o aviso.....	4.411.972	4.831.102	4.765.364	4.387.828	4.456.133	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso.....	4.402.641	4.832.351	4.765.757	4.377.784	-	-	-	-	-	-
Sete anos após o aviso.....	4.407.630	4.836.563	4.745.056	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos após o aviso.....	4.411.368	4.831.680	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos após o aviso.....	4.402.048	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incorridos.....	4.402.048	4.831.680	4.745.056	4.377.784	4.456.133	4.391.090	4.602.970	4.223.172	5.717.006	6.721.270
(-) Pagos.....	4.353.440	4.789.530	4.691.184	4.308.997	4.394.945	4.321.377	4.280.317	4.107.446	5.517.419	5.375.665
Anterior a 2013.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Totais da PSL.....	48.608	42.150	53.872	68.787	61.188	69.713	322.653	115.726	199.587	1.345.605
Líquido de resseguros cedidos (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Período de aviso do sinistro									
	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022
No ano do aviso.....	3.647.185	3.975.092	3.787.104	3.943.267	4.000.410	3.860.657	3.988.962	3.727.293	4.687.083	5.009.784
Um ano após o aviso.....	3.751.970	4.149.878	3.912.234	4.030.836	4.104.190	3.917.727	4.051.704	3.798.254	4.632.515	-
Dois anos após o aviso.....	3.767.289	4.179.947	3.934.313	4.046.425	4.130.704	3.921.175	4.075.733	3.788.382	-	-
Três anos após o aviso.....	3.782.930	4.193.637	3.942.217	4.067.943	4.135.101	3.941.745	4.067.136	-	-	-
Quatro anos após o aviso.....	3.791.280	4.198.379	3.954.858	4.069.290	4.147.669	3.928.073	-	-	-	-
Cinco anos após o aviso.....	3.795.079	4.208.478	3.958.850	4.078.615	4.106.673	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso.....	3.802.835	4.210.009	3.962.059	4.065.981	-	-	-	-	-	-
Sete anos após o aviso.....	3.803.075	4.214.379	3.956.142	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos após o aviso.....	3.806.095	4.206.047	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos após o aviso.....	3.794.916	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incorridos.....	3.794.916	4.206.047	3.956.142	4.065.981	4.106.673	3.928.073	4.067.136	3.788.382	4.632.515	5.009.784
(-) Pagos.....	3.770.038	4.180.055	3.926.072	4.030.253	4.073.812	3.890.024	4.024.277	3.730.154	4.535.392	4.016.025
Anterior a 2013.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Totais da PSL.....	24.878	25.992	30.070	35.728	32.861	38.049	42.859	58.228	97.123	993.759

(*) A tabela de desenvolvimento de sinistro não contempla a retrocessão no valor de R\$ 3.600

Em relação aos sinistros judiciais, o valor é particularmente sensível à jurisprudência relativa a matéria em questão. Na estimativa da Provisão de sinistros a liquidar, o Grupo utiliza-se de técnicas baseadas no histórico de pagamentos.

17. DEPÓSITOS E PROVISÕES JUDICIAIS

Consolidado	Depósitos judiciais e fiscais					Provisões judiciais				
	Saldos em 31/12/2021	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldos em 31/12/2022	Saldos em 31/12/2021	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldos em 31/12/2022
Fiscais.....	270.049	1.090	(12.860)	-	12.304	270.583	291.381	1.367	(13.284)	10.705
Cíveis.....	47.547	2.104	(41.399)	-	8.252	252	35.447	34.545	(29.886)	40.015
Trabalhista.....	2.924	609	-	-	3.533	8.533	4.032	4.221	(3.717)	4.536
Sinistros.....	38.753	85.546	(50.031)	-	74.268	-	-	-	-	-
Totais.....	359.273	89.349	(104.290)	12.304	356.636	330.860	40.042	(46.887)	10.705	334.720
Consolidado	Depósitos judiciais e fiscais					Provisões judiciais				
	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldos em 31/12/2021	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldos em 31/12/2021
Fiscais.....	261.286	4.528	(263)	-	4.498	270.049	282.187	5.522	(987)	4.039
Cíveis.....	52.098	12.681	(19.945)	-	2.713	47.547	38.746	23.857	(27.147)	(9)
Trabalhista.....	2.825	1.769	(1.670)	-	2.914	2.924	5.373	2.118	(3.459)	-
Sinistros.....	2.045	37.560	(852)	-	38.753	-	-	-	-	-
Totais.....	318.254	56.538	(22.730)	7.211	359.273	326.306	31.497	(30.973)	4.030	330.860

Os depósitos e as provisões para ações judiciais reconhecidos nas demonstrações financeiras encontram-se em consonância às determinações legais vigentes e consideram os montantes prováveis de desembolso. As ações judiciais cujas probabilidades de perda são classificadas como possível estão informadas nas respectivas notas explicativas e aquelas cujas probabilidades de perda foram classificadas como remota não estão apresentadas nas demonstrações financeiras. As principais ações em curso estão descritas abaixo:

17.1 INSS

17.1.1 Contribuição social e adicional sobre repasses de comissões pagas a corretores e honorários médicos

17.1.1.1 Processo nº 2001.61.00.004752-6

Por meio dessa ação é questionada a obrigação tributária instituída pela Lei nº 9.876/1999 e art. 22, I, da Lei nº 8.212/1991, que determinam o recolhimento de contribuição social e seu adicional sobre os repasses de comissões pagas a corretores de seguros e honorários médicos decorrentes de indenizações de seguro-saúde comercializados pela Seguradora.

17.1.1.2 Processo nº 2001.61.00.004752-6
Controlada Allianz Seguros - A ação foi julgada improcedente, sendo interposto recurso de apelação, ao qual foi dado parcial provimento, para declarar a inexistência de relação jurídico-tributária que obrigue a Autora recolher contribuição social (art. 22, inciso III e § 1º da Lei nº 8.212/1991, com redação dada pela Lei nº 9.876/1999) incidente sobre os valores relativos ao pagamento dos médicos do seguro-saúde. Desta decisão, a União Federal Interpôs Agravo Interno, ao qual foi negado provimento, decisão essa que transitou em julgado.

Recebidos os autos pelo juízo de origem, a União Federal informa que encaminhou cópia dos autos à DEINF-SP (e-processo 16327.720.556/2019-91), para que ela se manifeste sobre o destino dos depósitos judiciais efetuados nos autos. Por conseguinte, a Seguradora informou que aguarda o relatório da Receita Federal do Brasil (DEINF-SP), referente aos depósitos judiciais efetuados nos autos, para a conferência total dos valores, para posteriormente apresentar manifestação no sentido da liquidação do juízo.

O montante provisionado é de R\$ 121.455 (R\$ 127.620 em 31 de dezembro de 2021) e depósitos judiciais no montante de R\$ 121.455 (R\$ 127.620 em 31 de dezembro de 2021).

Em abril de 2022 foi reconhecida a liquidação do montante de R\$ 12.242 convertido em favor da união em razão do transitio em julgado de um dos processos que compõem este passivo.

17.1.1.3 Processo 2001.61.00.031902-2

Allianz Saúde - A ação foi julgada improcedente, com o que foi interposto recurso de apelação, mediante a realização de depósitos judiciais dos valores não recolhidos. Foi negado provimento ao recurso e opostos embargos de declaração, os quais foram acolhidos com efeitos infringentes, para dar parcial provimento ao recurso de apelação e afastar a incidência da contribuição previdenciária somente sobre os valores repassados aos médicos pelas operadoras de planos de saúde. Foi interposto recurso extraordinário pelo que foi julgado prejudicado, pois destoa da orientação firmada pelo STF. Diante dessa decisão, foi interposto agravo interno, o qual não foi provido. Protocolado Liquidação de Sentença por Arbitramento que foi deferido pelo Juízo. A União Federal apresentou petição e requereu a conversão em renda dos valores depositados nos autos nos percentuais indicados pela Receita Federal. Protocolamos petição para requerer a intimação da União Federal, para que apresente petição e cálculos conclusivos, indicando, de forma exata, qual o valor que entende ser convertido em renda e qual o valor será passível de levantamento pela Autora, uma vez que, da análise da petição protocolada por ela, não foi possível aferir os valores, o que foi deferido pelo Juízo. A União Federal apresentou novo demonstrativo do "saldo a converter" e do "saldo passível de levantar". Requeremos nova intimação da União Federal, tendo em vista não ter considerado mais de 6 (seis) anos de depósito no demonstrativo por ela apresentado, para que apresente novo demonstrativo de cálculo conclusivo, de todos os depósitos efetuados na ação, com a indicação do montante a ser convertido em renda a seu favor e o passível de levantamento pela Autora, o que foi deferido pelo Juízo, determinando que a União se manifeste, expressamente, sobre os depósitos efetuados no período de 19 de dezembro de 2008 até 06 de janeiro de 2015 e 04 de março de 2015, conforme requerido pela Autora. A União apresentou manifestação e requereu a juntada de informação fiscal da Receita Federal, requerendo a conversão em renda e levantamento dos valores pela parte Autora, nos moldes da planilha que anexou. Manifestamos concordância com os cálculos apresentados pela União Federal, inclusive quanto aos percentuais a serem levantados pela empresa e a serem convertidos em renda da União dos depósitos efetuados nos autos, nos moldes da planilha elaborada pela Receita Federal. Em janeiro de 2022, diante da concordância da Autora, o Juízo determinou que se oficie-se a Caixa Econômica Federal solicitando a conversão em renda da União Federal dos percentuais indicados na referida planilha, bem como, determinou a intimação da Autora para indicar os dados bancários para a transferência eletrônica dos valores que a Seguradora faz jus. A Seguradora obteve êxito parcial na ação, pois o Tribunal afastou a incidência da contribuição previdenciária sobre os valores repassados aos médicos pelas operadoras de plano de saúde. Em 2019, a Seguradora providenciou a reversão da provisão judicial relacionada ao tema. Os tributos devidos (INSS) sobre as comissões pagas aos corretores estão registrados na rubrica de "Débitos Diversos" no passivo não circulante o saldo de R\$ 13.111 (R\$ 12.456 em 2021). (Nota 12)

Os depósitos judiciais constituídos nos autos do processo, que somam R\$ 36.118 (R\$ 34.185 em 2021), estão classificados na rubrica de longo prazo "Títulos e Créditos a Receber", sendo atualizados monetariamente. A Seguradora aguarda a conclusão de procedimentos administrativos e judiciais para reverter ao caixa a parcela do depósito judicial relativo aos médicos e utilizar o saldo remanescente para liquidar o saldo a pagar relativo aos corretores.

17.1.2 Notificações fiscais - Processos administrativos nº 37.012.407-3 e 37.012.408-1

Allianz Saúde - Esses processos versam sobre a exigência de contribuições previdenciárias referentes ao período de apuração de abril a julho e novembro de 2003 sobre valores que deveriam ter sido retidos dos pagamentos aos trabalhadores sem vínculo empregatício. A Seguradora interpôs impugnação administrativa, julgada improcedente. Foi interposto recurso voluntário que, ao ser analisado pelo CARF, teve o seu julgamento convertido em diligência. Atualmente ambos os processos aguardam realização de diligência para posterior julgamento do recurso voluntário. O montante provisionado é de R\$ 552 (R\$ 1.606 em 31 de dezembro de 2021).

17.2 PIS

17.2.1 Lei nº 9.718/98 (Processo nº 1999.61.00.058875-9)

Allianz Seguros - Trata-se de mandado de segurança impetrado visando o reconhecimento da inconstitucionalidade do artigo 3º da Lei nº 9.718/1998, que estabelece a incidência de PIS sobre as receitas da Seguradora. O pedido foi julgado procedente em primeira instância, para determinar o recolhimento do PIS na forma estabelecida pela Lei complementar nº 71/970. A decisão foi reformada pelo Tribunal. A Seguradora interpôs Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal (STF) e obteve decisão procedente, afastando a aplicação do art. 3º, §1º da Lei nº 9.718/1998. No decorrer do processo, a Seguradora efetuou o depósito judicial dos valores de PIS apurado com base na totalidade de suas receitas. Com o trânsito em julgado da decisão do STF, a Seguradora requereu a conversão em renda à União dos valores depositados relativos ao PIS apurado sobre faturamento, bem como o levantamento dos valores relativos às demais receitas. Foi determinada a realização de perícia contábil pelo juízo para apuração do valor a ser levantado pela União. O processo aguarda definição acerca do montante depositado devido a cada uma das partes.

PIS- Emenda Constitucional 117/1997 e Medida Provisória 1.537-45/1997 (Processo nº 97.0057213-7)

Essa ação discute a inconstitucionalidade da Medida Provisória nº 1.537-45/1997, que determina o recolhimento de PIS com base na receita bruta operacional. O pedido foi julgado parcialmente procedente e a Seguradora interpôs Recurso de Apelação, que foi parcialmente acolhido, mediante a realização de depósitos judiciais dos valores não recolhidos. Na sequência, a Autora interpus Recurso Extraordinário e Recurso Especial e a União Federal Recurso Extraordinário. Foi proferida Decisão da Vice-Presidência sobrestando o processo até o julgamento do Recurso Extraordinário nº 578.846, que versa sobre a mesma matéria. O montante provisionado para as duas teses é de R\$ 139.964 (R\$ 135.652 em 31 de dezembro de 2021) e depósitos judiciais para as duas teses no montante de R\$149.127 (R\$ 142.427 em 31 de dezembro de 2021).

17.3 Ação ordinária - PERD/COMPS (Processo nº 2009.61.00.026098-9)

Allianz Seguros - A Seguradora ingressou com ação declaratória em face da União visando anular decisões proferidas pela Receita que não admitiram o processamento de duas PERD/COMPS retificadoras de débitos de Imposto de Renda e COFINS. A ação foi julgada procedente, razão pela qual a União interpôs recursos de apelação, o qual foi acolhido. Em 2020, face ao veredito a favor da Seguradora, o montante provisionado foi revertido para resultado R\$ 1.921. Aguarda-se arquivamento dos autos.

17.4 PIS e COFINS - Allianz Seguros

17.4.1 (Processo 16327.720734/2012-16)

Trata-se de processo administrativo formalizado em razão de despacho decisório proferido pela SRFB não homologando compensação realizada pela Seguradora a título da COFINS, referente competência de set/2003, com saldo negativo do IRPJ relativo ao ano-calendário 1999. Em face de tal decisão, a Allianz Seguros interpus manifestação de inconformidade, a qual foi julgada parcialmente procedente. Em fevereiro de 2020, foi interposto recurso voluntário, o qual aguarda julgamento perante o CARF. O montante provisionado é de R\$ 1.319 (R\$ 1.268 em 31 de dezembro de 2021).

17.4.2 (Processo 16327.904728/2019-88)

Trata-se de processo administrativo formalizado em razão de despacho decisório proferido pela SRFB não homologando compensação de PIS e COFINS. Em jan/15 foram compensados valores gerados por pagamentos de COFINS a maior, relativos às competências ago/2014 e set/2011, pagamentos de PIS a maior relativo às competências set/2014 e out/2014. Em face de tal decisão, a Seguradora interpôs manifestação de inconformidade, a qual aguarda julgamento. O montante provisionado é de R\$ 1.538 (R\$ 1.538 em 31 de dezembro de 2021).

17.4.3 (Processo 16327.904727/2019-33)

Trata-se de processo administrativo formalizado em razão de despacho decisório proferido pela SRFB não homologando compensação realizada pela Seguradora a título de PIS e COFINS. Em jan/15 foram compensados valores gerados por pagamento de PIS a maior durante competência ago/2014. Em face de tal decisão foi interposto manifestação de inconformidade, a qual aguarda julgamento. O montante provisionado é de R\$ 249 (R\$ 249 em 31 de dezembro de 2021).

17.5 IRPJ (Processo 16327.900791/2010-15)

Trata-se de processo administrativo formalizado em razão de despacho decisório proferido pela SRFB não homologando compensação realizada pela Seguradora a título do IRPJ, referente competências jan/2005 e jun/2005, com saldo negativo de IRPJ relativo ao ano-calendário 2004. Em face de tal decisão, foi interposto manifestação de inconformidade, a qual aguarda julgamento. O montante provisionado é de R\$ 363 (R\$ 349 em 31 de dezembro de 2021).

17.6 Ações trabalhistas

Reclamações trabalhistas movidas por ex-colaboradores que pretendem receber verbas oriundas do extinto contrato de trabalho. Há também ações trabalhistas movidas por prestadores de serviços que pedem o reconhecimento de vínculo empregatício diretamente com o Grupo Allianz Brasil ou sua responsabilidade subsidiária pelo pagamento de verbas trabalhistas que entendem devidas pela empresa prestadora de serviços terceirizados. Existem depósitos judiciais efetuados para garantia e discussão até decisão final. O montante provisionado é de R\$ 4.536 (R\$ 4.032 em 31 de dezembro de 2021) e depósitos judiciais no montante de R\$ 3.533 (R\$ 2.924 em 31 de dezembro de 2021). O valor da causa cuja probabilidade de perda é considerada possível totalizou R\$ 26.888 (R\$ 13.008 em 31 de dezembro de 2021).

17.7 Ações cíveis

17.7.1 - Ações cíveis - não relacionadas ao produto seguros

Trata-se de ações em trâmite perante varas cíveis, cujos pedidos não estão relacionados ao produto seguro e versam sobre matérias diversas (revisionais, usucapião, adjudicação compulsória, controle de licença da marca registrada, entre outros). A provisão está pautada no valor do pedido ou da condenação. O montante provisionado é de R\$ 106 (R\$ 741 em 31 de dezembro de 2021). O valor da causa cuja probabilidade de perda é considerada possível totalizou R\$ 685 (R\$ 838 em 31 de dezembro de 2021).

17.7.2 - Ações cíveis - não relacionadas a sinistros

Ações judiciais ajuizadas por segurados e não segurados para cobrança de indenizações oriundas de reclamações diversas relativas ao contrato de seguro. São constituídas provisões suficientes para o pagamento de eventuais condenações e das despesas de acordo com metodologia específica de previsão do montante a ser pago conforme Nota Técnica Atuarial. As contingências, bem como suas despesas, são provisionadas pelo Grupo Allianz Brasil de acordo com os valores prováveis de perda. O montante provisionado é de R\$ 40.015 (R\$ 34.441 em 31 de dezembro de 2021) e depósitos judiciais no montante de R\$ 8.252 (R\$ 9.470 em 31 de dezembro de 2021). O valor da causa cuja probabilidade de perda é considerada possível totalizou R\$ 4.819 (R\$ 4.358 em 31 de dezembro de 2021).

17.8 Sinistros judiciais

Ações judiciais movidas por segurados ou seus beneficiários em decorrência da recusa de pagamento de indenizações ou divergências em relação ao valor da indenização reclamada. O Grupo Allianz Brasil constitui provisões suficientes para o pagamento das eventuais indenizações e das despesas de acordo com metodologia específica de previsão do montante a ser pago conforme Nota Técnica Atuarial. O montante está classificado na rubrica "Provisão de sinistros a liquidar" e, para garantia da liquidação das ações, em certas ocasiões é requerido que os valores envolvidos sejam depositados judicialmente. O quadro abaixo demonstra o total dos pagamentos relativos a ações judiciais relacionadas a sinistros do Grupo Allianz Brasil.

	31/12/2022	31/12/2021
Total de ações judiciais pagas no exercício e que não foram provisionadas no exercício anterior.....	135.471	197.215
Total provisionado de ações judiciais pagas no exercício e que não foram provisionadas no exercício anterior.....	247.279	310.020
Processos encerrados sem pagamento no exercício, com os quais haviam provisão constituída.....	3.270	30.296
Total de ações judiciais pagas no exercício e não provisionadas no exercício anterior.....	64.940	21.411

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1 Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 3.015.449.928 (2.615.449.928 em 31 de dezembro de 2021) quotas de valor nominal de R\$ 2,00.

18.2 Reservas de reavaliação

Constituída sobre reavaliações de bens do ativo imobilizado, anteriores a 1º de janeiro de 2008, cuja realização se dá por depreciação ou baixa dos referidos bens.

1

ALLIANZ DO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ nº 42.332.650/0001-84

www.allianz.com.br

Controladora

Partes Relacionadas

	Tipo	ATIVO	PASSIVO	RECEITA	DESPESA
Allianz SE	P	758	-	3.637	(1.256)
Allianz Colômbia	P	-	-	-	-
Allianz Companhia Seg y Reaseguros	P	-	-	-	(440)
Allianz Seguros S.A.	S / P	805	47	2.988	(575)
Allianz México	P	2.022	-	3.772	-
Allianz Worldwide Care	P	-	-	-	(49)
Totais		3.585	47	10.397	(2.320)

Consolidado

Partes Relacionadas

	Tipo	ATIVO	PASSIVO	RECEITA	DESPESA
Allianz SE	R / P	434.753	346.419	896.984	(1.133.639)
Allianz Global Corporate & Specialty	R	51.376	153.206	-	(191.449)
Allianz Global Corporate & Specialty Resseg Brasil S.A.	R / P	760.306	292.359	629.470	(935.952)
Allianz Colômbia	P	758	-	3.637	-
Allianz Companhia Seg y Reaseguros	P	-	-	-	(5.504)
Allianz Investment Management SE	P	-	-	-	(400)
Allianz México	P	2.022	-	3.772	-
Allianz Technology	P	-	23.399	-	(128.864)
Allianz Worldwide Care	P	-	-	-	(49)
AWP Service Brasil Ltda (Mondial)	S	-	52.411	297	(580.892)
Euler Hermes Seguros de Crédito S.A.	P	46	-	622	-
Euler Hermes Serviços de Gestão de Riscos Ltda	P	50	-	556	-
Mindseg Corretora de Seguros Ltda	S	-	388	(723)	-
Totais		1.249.311	868.182	1.535.338	(2.977.472)

22.2 Partes relacionadas - Administração

A remuneração paga aos membros da Administração, registrada na rubrica “Despesas administrativas”, referentes a benefícios de curto prazo, a Controladora e Grupo Allianz totalizaram respectivamente no exercício de 2022 R\$ 2.610 e R\$ 14.688 (R\$ 4.254 e R\$ 18.689 em 31 de dezembro de 2021).

22.2.1 Programa de incentivo baseado em ações

O Grupo Allianz oferece, em nível mundial, o programa Allianz Equity Incentive (AEI) com objetivo de fomentar a atuação dos principais executivos a longo prazo. O valor de mercado médio das ações é obtido através da média aritmética do preço de fechamento das ações da Allianz SE no sistema eletrônico da bolsa de valores de Frankfurt na data de exercício do benefício e dos nove dias imediatamente antecedentes e subtraído do valor presente de dividendos esperados a pagar para cada ação durante o período de aquisição.

Todas as informações relativas ao programa são calculadas e processadas pela matriz, que distribui mensalmente os saldos a serem registrados pelas empresas do Grupo. A parcela constituída como obrigação a pagar tem como contrapartida a despesa na demonstração de resultados. O montante apurado é transferido para o Grupo Allianz através de operação cambial, que por sua vez adquire e administra o portfólio de ativos financeiros que serão novamente transferidos para o Grupo quando o benefício de concessão for exercido pelo executivo.

No Controladora e no Grupo Allianz os ativos constituídos totalizaram respectivamente, em 31 de dezembro de 2022 R\$ 6.695 e R\$ 13.428 (R\$ 7.198 e 15.234 em 31 de dezembro de 2021). Os saldos registrados na rubrica “Obrigações a pagar” (nota 13) referentes ao programa AEI estão demonstrados no quadro abaixo.

Controladora

Ano de concessão	Saldo em 31/12/2021	Emissão / (Exercício)	Ajuste ao valor de mercado	Variação cambial	Saldo em 31/12/2022
AEI 2018	1.078	(907)	3	(174)	-
AEI 2019	1.016	-	252	(120)	1.148
AEI 2020	830	-	261	(95)	893
AEI 2021	1.241	-	566	(142)	1.665
AEI 2022	411	445	85	(492)	449
AEI 2023	-	-	355	7	362
Totais	4.576	(462)	1.522	(1.019)	4.617

Ano de concessão	Saldo em 31/12/2020	Emissão / (Exercício)	Ajuste ao valor de mercado	Variação cambial	Saldo em 31/12/2021
AEI 2017	703	(780)	37	40	-
AEI 2018	794	-	296	(13)	1.077
AEI 2019	699	-	328	(11)	1.016
AEI 2020	334	-	334	(6)	831
AEI 2021	505	457	823	(436)	1.242
AEI 2022	-	-	396	14	410
Totais	3.099	(323)	2.214	(414)	4.576

Consolidado

Ano de concessão	Saldo em 31/12/2020	Emissão / (Exercício)	Ajuste ao valor de mercado	Variação cambial	Saldo em 31/12/2021
AEI 2018	3.210	(2.701)	9	(518)	-
AEI 2019	4.138	-	1.027	(490)	4.675
AEI 2020	2.503	-	788	(295)	2.996
AEI 2021	3.504	-	1.481	(639)	4.346
AEI 2022	1.333	445	282	(752)	1.308
AEI 2023	-	-	1.113	24	1.137
Totais	14.688	(2.256)	4.700	(2.670)	14.462

21.1.3 - Expectativa de realização dos créditos tributários

A expectativa de realização dos créditos tributários através de estudos técnicos de realização está assim demonstrada:

Consolidado

Expectativa do ano de realização	IRPJ	CSLL
2023	23.463	14.078
2024	23.463	14.078
2025	30.428	18.257
2026	56.490	29.748
2027	73.103	43.662
2028	93.934	58.361
2029	103.491	62.095
2030	113.871	68.323
2031	100.241	64.369
2032	2.362	1.418
Total	620.847	372.587

O processo de estimativa da realização do crédito tributário envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas de Lucro Tributável futuro com base no Plano de Negócios da Seguradora, aprovada pela Administração. Após o período do plano utilizou-se informações de mercado disponibilizadas pela SUSEP como suporte para as projeções.

A sensibilidade destas premissas de longo prazo foram testadas e os resultados de cada cenário foram avaliados pela Administração concluindo da razoabilidade da expectativa de realização do crédito tributário no horizonte descrito acima.

21.2 Impostos e contribuições

Demonstração do cálculo do imposto de renda e contribuição social juntamente com a sua composição das contas de resultados.

Controladora

Resultado antes dos impostos e após as participações	31/12/2022	31/12/2021
Alíquotas nominais:	(663.273)	(367.767)
IRPJ - 25%	165.818	91.942
CSLL - 9%	59.695	33.099
Outras (adições)/exclusões:	(20)	(868)
Ajuste de equivalência patrimonial	(223.304)	(121.739)
Outros ajustes permanentes	(616)	(854)
Tributos diferidos correntes	1.573	1.580
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	(1.573)	(1.580)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-	-
Consolidado	-	-

Resultado antes dos impostos e após as participações	31/12/2022	31/12/2021
Alíquotas nominais:	(764.630)	(546.556)
IRPJ - 25%	382.972	215.577
CSLL - 9%	59.491	32.657
CSLL - 15%	130.616	99.871
Efeito das (adições)/exclusões:	(4.466)	(635)
Provisões para contingências fiscais e cíveis	(19.554)	(1.226)
Provisões para perdas	(2.197)	6.808
Provisões com funcionários	(8.300)	(28.971)
Amortização de intangíveis	64.182	-
Amortização Goodwill	-	5.843
Resultado Cisão	(256.361)	(99.223)
Ajuste de equivalência patrimonial	(2.345)	(10.076)
Outras provisões	(3.852)	(4.819)
Outros ajustes permanentes	(339.319)	(262.520)
Compensação e Incentivos fiscais	867	(46.714)
Imposto de renda e contribuição social a pagar ou recuperar	(28.609)	27.402
Créditos tributários sobre diferenças temporais	310.576	230.856
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	-	(32.755)
Estorno da Majoração CSLL (5%)	345	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício	283.178	178.789
21.3 Impostos e contribuições a recolher	-	-

Provisão para Imposto e Contribuição	Controladora	Consolidado
	31/12/2021	31/12/2021
Imposto de Renda	-	159
Contribuição social	-	7
PIS	-	2.249
COFINS	-	13.836
Outras contribuições	-	6
Totais	-	16.257

22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou como partes relacionadas o Grupo, seu controlador em última instância e empresas ligadas, sua controlada, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares. As transações são realizadas em condições comutativas a preços, prazos e taxas normais de mercado sendo efetuadas em condições semelhantes às que seriam aplicadas entre partes não relacionadas, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico IAS 24.

22.1 Partes relacionadas - empresas do Grupo

O Grupo Allianz Brasil compartilha certos componentes da estrutura operacional e administrativa que se baseiam nas seguintes operações: (a) os colaboradores da Allianz Seguros e Allianz Brasil Seguradora são beneficiários de seguro-saúde contratado junto a Allianz Saúde; (b) os colaboradores da Allianz Saúde são beneficiários de seguro de vida contratado junto a Allianz Seguros.

Com as demais empresas relacionadas, o Grupo Allianz Brasil mantém transações decorrentes de intermediação de operações de seguros e assistência de seguros (S), resseguros (R), prestações de serviços e serviços administrativos (P).

DIRETORIA

ATUÁRIA
Milena Farat Milani - Atuária MIBA nº 3107

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Cotistas

Allianz do Brasil Participações Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Allianz do Brasil Participações Ltda. (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Allianz do Brasil Participações Ltda. e suas controladas (“Consolidado”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Allianz do Brasil Participações Ltda. e da Allianz do Brasil Participações Ltda. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Entidade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no

Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos

opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Entidade. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Entidade.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de abril de 2023	Marcelo Luis Teixeira Santos Contador CRC 1PR050377/O-6
--------------------------------	---

Catar é escolhido para sediar Copa do Mundo do Basquete e mira Olimpíada a longo prazo

Cerca de quatro meses depois de sediar a Copa do Mundo de Futebol Masculino de 2022, o Catar foi escolhido para receber a Copa do Mundo de Basquete Masculino de 2027.

O anúncio foi feito pela Federação Internacional de Basquetebol (FIBA), nesta sexta-feira, e dá mais repertório para a nação árabe realizar o seu objetivo de longo prazo de receber em seu território uma edição dos Jogos Olímpicos.

Segundo a Fiba, locais preexistentes serão utilizados para a realização das partidas do torneio de 32 seleções nacionais. A entidade também citou a rede de transporte público reformada para o Mundial de futebol como um dos motivos para escolher o país do Oriente Médio como sede. Durante as obras para receber a Copa de 2022, vencida pela Argentina, o governo catariano recebeu duras críticas por violações de direitos humanos contra trabalhadores imigrantes. A Fiba afirmou

que não haverá necessidade de novas construções.

“A economia de tempo e custo por não construir novos locais será focada em entregar o legado social mais forte possível”, disse a entidade, em comunicado. “Todos os locais a serem usados para o principal evento masculino da Fiba já estão construídos, enquanto as tecnologias verdes amplamente utilizadas ajudarão a entregar a Copa do Mundo de Basquete da Fiba 2027 como um evento neutro em carbono”, completou.

O Catar é a terceira sede asiática seguida da Copa do Mundo do Basquete Masculino. Após a China receber o evento em 2019, a próxima edição, que será disputada entre setembro e agosto deste ano, com a participação do Brasil, terá Filipinas, Japão e Indonésia como anfitriões. Nesta sexta-feira, a Fiba também definiu que a Copa do Mundo de Basquete Feminino de 2026 será disputada em Berlim, na Alemanha.

Mangueira faz 95 anos e lança título do enredo em homenagem a Alcione

A Estação Primeira de Mangueira escolheu a data de comemoração do seu aniversário de 95 anos, ontem (28), para divulgar oficialmente o título e a logo do enredo para o desfile de 2024, que será em homenagem à cantora Alcione.

O anúncio foi feito em uma festa na quadra com início marcado para às 20h de ontem. A sinopse, que é o texto explicativo do enredo, estará disponível a partir de hoje (29) no site na internet e nas redes sociais da escola.

A tentativa de convencer a artista a receber o tributo já tinha ocorrido anteriormente, mas ela nunca tinha concordado. “Graças a Deus, desta vez ela

aceitou, o que, para nós, é uma honra. Está sendo um processo muito gostoso, porque ela também está acompanhando. Temos um suporte muito grande, não só da Alcione, como de toda a família, dos funcionários e assistentes dela”, contou Guilherme Estêvão que, junto com Annik Salmon, compõe a dupla de carnavalescos da verde e rosa.

Agora, finalmente, a Mangueira irá para a avenida para mostrar a vida da cantora, que mesmo tendo nascido no Maranhão, escolheu torcer pela escola do Rio e vai muito além disso. “Nada é por acaso. Tudo tem seu momento e sua hora e a hora era agora. O nosso próximo carnaval ser ela o nosso enredo”,

pontuou Annik.

A identidade de Alcione com a verde e rosa é tão grande que existe uma integração verdadeira com o dia a dia da comunidade e com os moradores do morro da zona norte da capital. “Ela escolheu esse lugar. É uma pessoa que não nasceu no Morro da Mangueira, nasceu no Maranhão, mas é como se fosse criada desse morro. Essa identificação que ela tem é muito forte e querendo ou não a Mangueira ficou um pouquinho mais maranhense, graças a Alcione”, completou o carnavalesco.

“Hoje eu vejo que ela é muito mais do que a cantora que o Brasil conhece. Agora que a gente está estudando e vendo a

essência dela na Mangueira, ela é um ser humano divino”, concluiu Annik.

Na visão de Annik e Guilherme, a decisão de homenagear a cantora representa um conjunto de desejos da presidente da escola, Guanayra Firmino; da própria comunidade e da própria dupla.

“Antes de acabar, até o outro carnaval [de 2023], a gente já começou a fazer uma pesquisa de como seria o enredo. Quando acabou o desfile [de 2023], a comunidade inteira em peso, pedindo no Twitter, Instagram, todos os mangueirenses pedindo Alcione e a gente atendeu e seguiu com a nossa vontade também”, disse Annik.

ESPECIALISTAS EM PUBLICIDADE LEGAL

Publicação de avisos, balanços, relatórios e outros comunicados necessários para o cumprimento da lei.

